

MESTRADO EM RISCOS, CIDADES E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO
POLÍTICAS URBANAS E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

Espaço público na área central de Santa Maria da Feira

A Praça Doutor Gaspar Moreira e a Alameda do Palácio da Justiça, vistas desde a experiências dos utilizadores

Diogo Lourenço Vidinha

2024



Diogo Lourenço Vidinha

Espaço público na área central de Santa Maria da Feira

A Praça Doutor Gaspar Moreira e a Alameda do Palácio da Justiça, vistas desde a experiência dos utilizadores

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em Riscos, Cidades e Ordenamento do Território, orientada pelo Professor Doutor José Alberto Rio Fernandes

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

2024

Membros do Júri

Professor Doutor (escreva o nome do/a Professor/a)

Faculdade (nome da faculdade) - Universidade (nome da universidade)

Professor Doutor (escreva o nome do/a Professor/a)

Faculdade (nome da faculdade) - Universidade (nome da universidade)

Professor Doutor (escreva o nome do/a Professor/a)

Faculdade (nome da faculdade) - Universidade (nome da universidade)

Classificação obtida: (escreva o valor) Valores

Índice

Declaração de honra	3
Resumo.....	4
Abstract	5
Índice de Figuras (ou Ilustrações).....	6
Índice de Tabelas (ou Quadros)	7
Índice de Gráficos.....	8
Lista de abreviaturas e siglas.....	9
1.Introdução	10
1.1. Abertura	10
1.2. Objetivo e estrutura	10
1.3. Estágio	11
1.4. Metodologia	11
2.Espaço público.....	12
2.1. Conceito.....	12
2.2. Tipos de espaço público	17
2.3. Evolução e importância do espaço público	20
3.Espaço público à luz de Jan Gehl.....	25
3.1. O Urbanismo Moderno e as críticas de Jan Gehl	26
3.2. A escala humana.....	28
3.3. A cidade como local de encontro	32
3.4. A cidade ao nível do olhar	34
3.5. 12 critérios de Jan Gehl para um bom espaço público.....	36
4.Espaço Público na Área Central de Santa Maria da Feira	41
4.1. Breve enquadramento territorial	41
4.2. Espaço público na área central de Santa Maria da Feira	42
4.3. Praça Doutor Gaspar Moreira	44
4.4. Alameda do Palácio da Justiça.....	52
5.A apreciação do espaço público.....	57
6.Conclusão ou Considerações Finais	67
Referências Bibliográficas	69

Declaração de honra

Declaro que a presente dissertação é de minha autoria e não foi utilizado previamente noutro curso ou unidade curricular, desta ou de outra instituição. As referências a outros autores (afirmações, ideias, pensamentos) respeitam escrupulosamente as regras da atribuição, e encontram-se devidamente indicadas no texto e nas referências bibliográficas, de acordo com as normas de referência. Tenho consciência de que a prática de plágio e auto-plágio constitui um ilícito académico.

[Porto, 2024]

[Diogo Lourenço Vidinha]

Resumo

Durante o estágio efetuado na Câmara Municipal de Santa Maria da Feira no âmbito do Mestrado em Riscos, Cidades e Ordenamento do Território, desenvolvi um estudo sobre “O espaço público na área central de Santa Maria da Feira: a praça Doutor Gaspar Moreira e a Alameda do Palácio da Justiça, vistas desde a experiência dos seus utilizadores”.

Este relatório de estágio, dando conta da importância do espaço público, tem como objetivo central apurar a experiência dos utilizadores dos espaços públicos em Santa Maria da Feira, a partir da Praça Doutor Gaspar e a Alameda do Palácio da Justiça. Para esse efeito este relatório aborda o conceito de espaço público, com referências aos seus tipos e evolução. É considerada a perspetiva de Jan Gehl, um autor de referência mundial em matéria de urbanismo e intervenção no espaço público e grande defensor da importância do espaço público na componente social dos seus utilizadores.

Após uma breve introdução aos dois espaços públicos, dá-se conta dos resultados de um inquérito realizado aos seus utilizadores, cujas experiências permitem identificar as suas valências e lacunas. Isso ajuda a interpretar a disparidade verificada entre os dois espaços, verificando-se, no caso da Praça Gaspar Moreira, uma satisfação geral por parte dos seus utilizadores, que contrasta com o que se verifica relativamente à Alameda do Palácio da Justiça, que aponta para insatisfação e subaproveitamento.

Palavras-chave: Espaço público, Santa Maria da Feira, Experiência dos utilizadores.

Abstract

During my internship at Câmara Municipal de Santa Maria da Feira as part of the Master's Degree in Risks, Cities and Spatial Planning, I carried out a study on "Public space in the central area of Santa Maria da Feira: Praça Doutor Gaspar Moreira and Alameda do Palácio da Justiça, seen from the experience of their users".

This internship report, taking into account the importance of public space, has as its central objective to identify the experience of users of public spaces in Santa Maria da Feira, from Praça Doutor Gaspar and Alameda do Palácio da Justiça. To this end, this report addresses the concept of public space, with references to its types and evolution. It considers the perspective of Jan Gehl, a world-renowned author on urbanism and intervention in public space and a great advocate of the importance of public space in the social component of its users.

After a brief introduction to the two public spaces, the results of a survey of their users are presented, whose experiences make it possible to identify their strengths and flaws. This helps to interpret the disparity between the two spaces: in the case of Praça Gaspar Moreira, there is general satisfaction on the part of its users, which contrasts with the Alameda do Palácio da Justiça, which points to dissatisfaction and underuse.

Key-words: Public Space, Santa Maria da Feira, User experience.

Índice de Figuras (ou Ilustrações)

FIGURA 1 - ESPAÇO PÚBLICO CEDIDO AO AUTOMÓVEL.....	17
FIGURA 2 - ÁGORA DE ATENAS E TEMPLO DE HEPHAISTOS.....	22
FIGURA 3 - JAN GEHL, ARQUITETO E URBANISTA DINAMARQUÊS.....	28
FIGURA 4 - AS PRIORIDADES DO PLANEAMENTO URBANO SEGUNDO JAN GEHL.....	32
FIGURA 5 - OPORTUNIDADES PARA PERMANECER SENTADO E OBSERVAR.....	34
FIGURA 6 - FACHADAS RICAS E INTERESSANTES VS FACHADAS SÓBRIAS E FECHADAS.....	36
FIGURA 8 - A IMPORTÂNCIA DO POSICIONAMENTO DO MOBILIÁRIO URBANO.....	40
FIGURA 9 - REPRESENTAÇÃO CARTOGRÁFICA CONCELHO SMF.....	42
FIGURA 10 - LEVANTAMENTO DO ESPAÇO PÚBLICO NA ÁREA CENTRAL DE SMF.....	44
FIGURA 11 - PRAÇA DOUTOR GASPAR MOREIRA (ATUAL).....	45
FIGURA 12 - PLANO DA ANTIGA PRAÇA DOUTOR GASPAR MOREIRA.....	46
FIGURA 13 - REPRESENTAÇÃO CARTOGRÁFICA DA PRAÇA DOUTOR GASPAR MOREIRA.....	49
FIGURAS 14 E 15 - ESPELHO DE ÁGUA NA PRAÇA DOUTOR GASPAR MOREIRA.....	49
FIGURA 16 - EDIFÍCIO DO BAR TRANSAT PRESENTE NA PRAÇA DOUTOR GASPAR MOREIRA....	50
FIGURA 17 - PASSAGEM DE PEÕES, ACESSO À PRAÇA DOUTOR GASPAR MOREIRA.....	50
FIGURA 18 - SOMBRA PROPORCIONADA PELO ESPAÇO VERDE URBANO.....	51
FIGURAS 19 E 20 - MONUMENTOS PRESENTES NA PRAÇA DOUTOR GASPAR MOREIRA.....	51
FIGURAS 21 E 22 - EVENTOS E ATIVIDADES REALIZADAS NA PRAÇA DR GASPAR MOREIRA.....	52
FIGURA 23 - ALAMEDA DO PALÁCIO DA JUSTIÇA.....	53
FIGURA 24 - REPRESENTAÇÃO CARTOGRÁFICA DA ALAMEDA DO PALÁCIO DA JUSTIÇA.....	54
FIGURA 25 - ENQUADRAMENTO PARA A COBERTURA ARBÓREA DA UNIV. SÉNIOR.....	56
FIGURAS 26 E 27 - ACESSO À ALAMEDA ATRAVÉS DA RUA ALCIDES STRECHT MONTEIRO.....	57
FIGURAS 29 E 29 - POSTES DE ILUMINAÇÃO E MONUMENTO FEIRENSE.....	57

Índice de Tabelas (ou Quadros)

TABELA 1 - EXEMPLOS DE TIPOS DE ESPAÇOS PÚBLICOS.....	18
TABELA 2- TIPOS DE ESPAÇOS PÚBLICOS.....	20

Índice de Gráficos

GRÁFICO 1 - EXPERIÊNCIA DOS UTILIZADORES PROTEÇÃO (BARREIRAS).....	58
GRÁFICO 2 - EXPERIÊNCIA DOS UTILIZADORES (PASSAGENS DE PEÕES).....	59
GRÁFICO 3 - EXPERIÊNCIA DOS UTILIZADORES (NÍVEIS DE SEGURANÇA).....	59
GRÁFICO 4 - EXPERIÊNCIA DOS UTILIZADORES (SEGURANÇA PERÍODO NOTURNO).....	60
GRÁFICO 5 - EXPERIÊNCIA DOS UTILIZADORES (EXPERIÊNCIAS SENSORIAIS DESAGRADÁVEIS).....	60
GRÁFICO 6 - EXPERIÊNCIA DOS UTILIZADORES (CONDIÇÕES PARA CAMINHAR E SENTAR).....	61
GRÁFICO 7 - EXPERIÊNCIA DOS UTILIZADORES (EXPERIÊNCIAS SENSORIAIS SATISFATÓRIAS)....	61
GRÁFICO 8 - EXPERIÊNCIA DOS UTILIZADORES (ESCALA HUMANA).....	62
GRÁFICO 9 - EXPERIÊNCIA DOS UTILIZADORES (PRÁTICA DE EXERCÍCIO FÍSICO).....	62
GRÁFICO 10 - EXPERIÊNCIA DOS UTILIZADORES (REALIZAÇÃO DE EVENTOS).....	63
GRÁFICO 12 - EXPERIÊNCIA DOS UTILIZADORES PROTEÇÃO (BARREIRAS).....	63
GRÁFICO 13 - EXPERIÊNCIA DOS UTILIZADORES (PASSAGENS DE PEÕES).....	63
GRÁFICO 14 - EXPERIÊNCIA DOS UTILIZADORES (SEGURANÇA PERÍODO NOTURNO).....	65
GRÁFICO 15 -EXPERIÊNCIA DOS UTILIZADORES (NÍVEIS DE SEGURANÇA).....	65
GRÁFICO 16- EXPERIÊNCIA DOS UTILIZADORES (EXPERIÊNCIAS SENSORIAIS DESAGRADÁVEIS).....	66
GRÁFICO 17 - EXPERIÊNCIA DOS UTILIZADORES (CONDIÇÕES PARA CAMINHAR E SENTAR).....	66
GRÁFICO 18 - EXPERIÊNCIA DOS UTILIZADORES (EXPERIÊNCIAS SENSORIAIS SATISFATÓRIAS).....	67
GRÁFICO 19 - EXPERIÊNCIA DOS UTILIZADORES (ESCALA HUMANA).....	67
GRÁFICO 20 - EXPERIÊNCIA DOS UTILIZADORES (PRÁTICA DE EXERCÍCIO FÍSICO).....	68
GRÁFICO 21 -EXPERIÊNCIA DOS UTILIZADORES (REALIZAÇÃO DE EVENTOS).....	68
GRÁFICO 22 - AVALIAÇÃO DOS UTILIZADORES (PRAÇA GASPAR MOREIRA E ALAMEDA).....	69
GRÁFICO 23 - AVALIAÇÃO DOS UTILIZADORES COMPARAÇÃO.....	70

Lista de abreviaturas e siglas

ARU	ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA
CML	CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
CMSMF	CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA M ^a DA FEIRA
ONU	ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS
SMF	SANTA MARIA DA FEIRA

1. Introdução

1.1. Abertura

Segundo o Relatório Mundial das Cidades da ONU (2022), cada vez mais cidadãos vivem em cidades, fruto das suas características singulares que lhe conferem capacidade de atrair e captar mais população. Atualmente, cerca de 55% da população mundial vive numa cidade, sendo que a tendência verificada é que esse número aumente para 68% nas próximas décadas. O espaço público ocupa um papel de elevada importância nas cidades. Considerados, muitas vezes, como as “salas de estar” da população, estes espaços devem ser alvo de grande atenção por parte dos municípios, de forma a garantirem a sua qualidade, manutenção e impacto positivo nos seus utilizadores.

1.2. Objetivo e estrutura

O objetivo central deste relatório de estágio é compreender a relação entre as condições oferecidas pelo espaço público e a experiência e perceção dos seus utilizadores. Em particular, procura-se identificar as experiências que dois espaços proporcionam aos seus utilizadores, através de um inquérito realizado na plataforma *Google Forms*.

O relatório encontra-se estruturado em duas grandes partes, uma de dimensão teórica e outra empírica. A primeira está dividida em dois capítulos: um primeiro baseado no esclarecimento de conceito, tipos e importância do espaço público ao longo da sua evolução, e o segundo capítulo dedicado ao espaço público à luz de Jan Gehl.

A segunda parte do relatório, dedicada à dimensão empírica, procura fazer uma breve apresentação aos dois espaços públicos em análise e apresentar os resultados obtidos, demonstrando assim a experiência dos utilizadores.

1.3. Estágio

O relatório resulta de um estágio realizado na Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, na divisão de planeamento, entre 19/02/2024 e 19/05/2024.

1.4. Metodologia

Na realização deste trabalho foi efetuada, numa fase inicial, vária consulta bibliográfica. A estratégia implementada foi a de dividir a revisão da literatura em dois capítulos, sendo o primeiro dedicado ao espaço público, onde foi recolhida matéria relacionada com os conceitos, tipos, importância e evolução. Após um breve enquadramento a esta temática, seguiu-se a revisão bibliográfica do espaço público à luz da perspetiva de Jan Gehl, onde são esclarecidos conceitos como a escala humana, a cidade como lugar de encontro, a cidade ao nível do olhar e os critérios definidos como essenciais para um bom espaço público. A consulta de obras como “Cities for People”, “How to study public life” e “New City Life” foram essenciais.

Para a breve apresentação aos dois espaços públicos em análise, além da consulta de documentos fornecidos pela entidade de estágio, foram também realizados vários registos fotográficos juntamente com a observação, numa tentativa de adotar as técnicas utilizadas por Jan Gehl. A cartografia foi elaborada através do software GeoMedia, facultado pela CMSMF. Como área central em análise, foi definida a ARU do Centro Histórico de Santa Maria da Feira.

No que toca aos inquéritos, realizados com o objetivo de apurar a experiência dos utilizadores dos espaços públicos sujeitos a análise, estes são compostos por vinte perguntas fechadas, de resposta direta, e por duas perguntas de resposta aberta, com o objetivo de recolher mais informação por parte dos utilizadores. De forma a apresentar os resultados num gráfico de radar, o inquérito foi dividido em quatro grupos: proteção, atividades, conforto e atração. A plataforma utilizada para a elaboração do inquérito foi o *Google Forms*.

2. Espaço público

2.1. Conceito

O espaço público é considerado, segundo Madanipour (2003), como uma componente essencial do ambiente social que tem vindo a ser definido como um oposto ao espaço privado e visto como um espaço de ausência e de negação dos interesses privados. Contudo, esta justificação através da negação revela-se como bastante limitada quando associada a um espaço tão importante, complexo e multidisciplinar como o espaço público. O autor sublinha também a importância em manter a utilização destes espaços de forma livre, *“(...) de acordo com um padrão de uso coletivo e socialmente aceite.”* (2003, p.21)

Ana Brandão e Pedro Brandão referem que *“(...) o espaço público é um espaço aberto a todos, caracterizado pelo uso e posse comum com plena liberdade de acesso, em oposição ao espaço privado de utilização e interesse particular. A sua definição é complexa e tem variações que dependem do propósito ou campos disciplinares em que nos colocamos”* (2019, p.19), defendendo que o espaço público é abordado em diversas ciências e que suporta vários significados e dimensões. Os autores referem ainda que é através do espaço público que a população pode adquirir novas experiências, atividades e hábitos, sendo nestes espaços onde os cidadãos se encontram em igualdade social. Além disso, a multidimensionalidade do espaço público, visível em diferentes escalas e perspetivas, demonstra a complexidade do conceito e do significado do espaço público, conferindo-lhe, simultaneamente, um fator de enriquecimento.

Considerado como fundador da cidade, o espaço público é, no fundo, a essência da cidade. Também considerado por Francesco Indovina (2002) como um espaço de constante transformação, mas que não abdica das suas funções primárias – o papel funcional, político e social. É definido como um local de acesso livre e onde não são impostas limitações no acesso da população. É composto de lugares como praças, alamedas e jardins, onde a segurança e sustentabilidade são fatores cruciais para a sua atratividade. O urbanista italiano afirma ainda que representa um importante

elemento de identificação e representação simbólica da cidade, adquirindo assim um importante valor de sentimento e identidade junto da sua população, sendo um espaço de oportunidade de socialização. O autor enumera três pontos de vista para suportar a ideia de que o espaço público é a cidade. Em primeiro lugar a ideia que existe uma condição fundamental para a vida urbana, algo que pode ser interpretado como “condição geral”, essencial para a própria cidade. Em segundo lugar, a relação íntima entre os espaços públicos e a identidade já que muitos destes espaços apresentam uma conotação simbólica ou representativa – criando uma estreita relação de identidade e representatividade entre, por exemplo, uma praça e a sua população. Neste ponto, também os espaços ou elementos privados podem conter uma importante simbologia, como é o caso das torres gémeas em Nova Iorque. Em terceiro lugar, o facto do espaço público ser lugar da palavra, onde a população pode expressar a sua opinião de forma livre, sem restrições. Fica patente, mais uma vez, a importância dos espaços públicos na dimensão social das cidades, suportada pela *“imprevisibilidade e casualidade de encontros”* (Indovina, 2002)

Indovina (2002) acrescenta ainda que os espaços públicos estão associados à construção de identidade das cidades e que detêm uma importante característica – são espaços de relacionamento e encontro social. Essenciais à vida humana, onde existe também um importante sentimento de identificação, pertença e sentido de comunidade.

Em suma, o conceito ou significado de espaço público é complexo e multifacetado.

Segundo vários autores os espaços públicos podem ser vistos como:

1. *“Espaços que dão suporte, produzem, ou facilitam interações sociais e culturais”* (Carmona, 2003)
2. *“ (...) espaços de propriedade pública, de acesso ilimitado, gratuitos, sem condicionamentos”* (Indovina, 2002)
3. *“ (...) espaços exteriores, livres e abertos, com zonas públicas, movimento e atividades”* (Bettencourt, 2010)
4. *“ (...) sistema unitário de espaços e edifícios englobados no território urbanizado que têm uma incidência sobre a vida coletiva, que definem um uso comum para*

muitos estratos da população e que constituem a sede e os lugares da sua experiência coletiva. O conceito é uma puta convenção: o espaço coletivo não existe como um facto físico unitário e reconhecível (...), cobre mais uma série de atribuições de usos do que uma relação de elementos físicos facilmente classificáveis” (Cesari, 1990)

5. *“(...) espaço aberto e acessível a todos – o espaço público da cidadania – é o palco para a vida pública, individual e coletiva, o local das celebrações, onde as crianças aprendem a conviver e as culturas se misturam. São os locais onde as pessoas se encontram e marcam encontro, onde as trocas sociais e económicas se processam. São os espaços públicos que dão identidade às cidades” (CML, 2015)*

Quando abordamos o espaço público referimo-nos ao espaço onde ocorre a participação pública da maioria da população. São espaços compostos por ruas, largos, praças e jardins, onde os cidadãos descansam, socializam e desenvolvem grande parte das atividades ao ar livre. *“(...) Os lugares públicos são um palco para a nossa vida pública. Eles são os parques onde as celebrações são realizadas, onde as maratonas terminam, onde as crianças aprendem as habilidades de um desporto, onde as estações são marcadas e onde as culturas se misturam. Estes lugares são as ruas e calçadas na frente de residências e empresas, onde os amigos vão ao encontro uns dos outros e onde as trocas sociais e económicas ocorrem. São os espaços públicos que dão identidade às cidades e sem bons espaços públicos, não poderá haver grandes cidades.” (Project For Public Spaces)*

Carmona (2019) defende que cada indivíduo, enquanto utilizador de espaços públicos, tem o direito de movimentar-se livremente, descansar e relaxar sem ser incomodado, associar-se a outras pessoas, utilizar os espaços públicos sem a imposição de controlos locais (a menos que justificados), participar em campanhas de angariação para instituições de caridade registadas, tirar fotografias, participar no comércio, manifestar-se de forma pacífica e fazer campanha política, e atuar desde que não seja em locais residenciais. Por outro lado, de forma a não perturbar a experiência de terceiros, os utilizadores dos espaços públicos devem assumir a responsabilidade de respeitar o direito dos outros em exercer a sua

atividade profissional e respeitar a propriedade pública e privada, manter uma postura e comportamento adequado para um espaço público e manter a paz e tranquilidade desse mesmo espaço, agindo através do bom senso, sem desrespeitar a restante população. Por fim, relativamente aos proprietários e gestores dos espaços públicos, é imperativo que cumpram os seguintes pontos, de forma a respeitar os utilizadores: tratar todos os utilizadores de forma igualitária e através de uma abordagem inclusiva, manter os espaços seguros de acordo com a estratégia desse espaço, garantir a manutenção e bom estado e manter os espaços sem restrições e de acordo com a regulação previamente estabelecida.

Podemos assim concluir, através de Madanipour (2003), que o espaço público é um elemento essencial da vida urbana onde os seus utilizadores socializam, deve ser interpretado com base na sua acessibilidade, ter como principal objetivo proporcionar a inclusão, enquanto garante um valor simbólico e ativo. É importante referir que um bom espaço público é aquele que tem capacidade para receber utilizadores dos 8 aos 80 anos, sem barreiras ou obstáculos.

Naturalmente que o valor muda com o tempo:

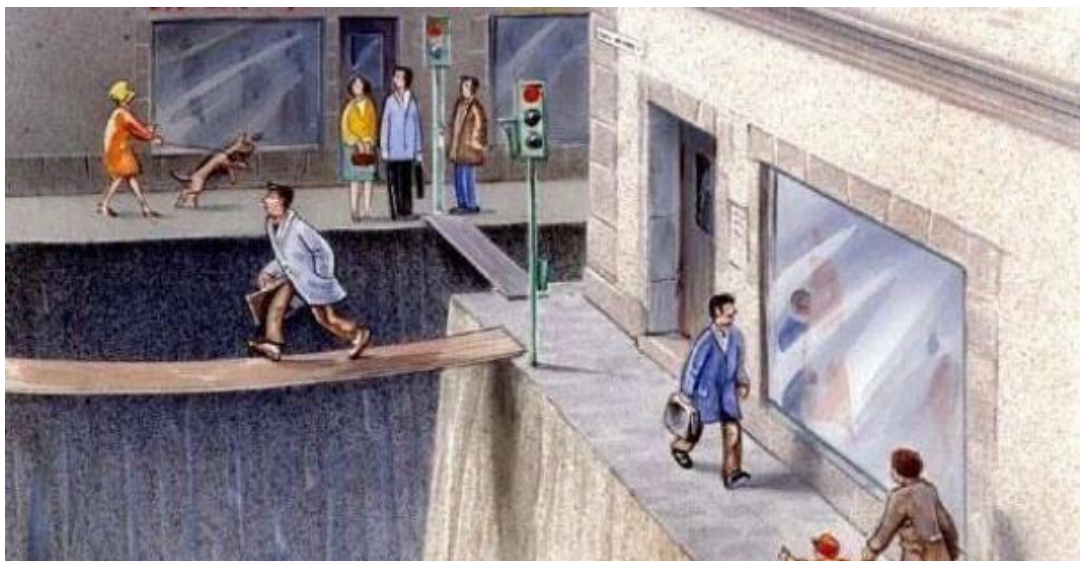
“A problemática dos espaços públicos também resulta de uma transformação das práticas urbanas e dos usos e estatutos dos diversos espaços metropolitanos. A distinção entre público/ privado, exterior/ interior, coletivo/ individual, é reajustada pela desagregação social e funcional dos bairros, pelo aparecimento de novas centralidades, pelas novas sociabilidades, pelo desenvolvimento dos transportes rápidos, de novas formas de comunicação, pela concessão de vários tipos de obras e serviços públicos, pela utilização quase generalizada do automóvel” (Matos, 2010)

A constante evolução e transformação do espaço público adiciona novos desafios e abordagens. O aumento da utilização do automóvel exerce uma maior pressão no espaço público retirando-lhe, muitas vezes, importância. (Figura 1) Madanipour (2003) afirma que *“o modernismo introduziu um novo conceito de espaço público (...) o automóvel tomou conta do espaço urbano, alterando a relação entre os seres*

humanos e os edifícios (...) Deu-se lugar a espaços abertos, subordinando o vazio à população.”

Nas últimas décadas, na maioria das cidades, designadamente europeias, têm ganho importância componentes essenciais da coesão social e do bem-estar, associando-se também à construção de territórios mais sustentáveis. São espaços onde a vida urbana “acontece”, devendo ser sempre acessíveis e utilizados por diversos grupos sociais, promovendo a qualidade de vida da população e simultaneamente a imagem da cidade, pois representam, especialmente a praça, como que um “(...) índice do lugar, síntese do espaço intraurbano em que está inserida, seja um bairro rico ou pobre, uma área central dinâmica ou estagnada.” (Queiroga, 2001)

Figura 1 – Espaço público cedido ao automóvel



Fonte: Karl Jilg, 2009

2.2. Tipos de espaço público

A origem dos espaços públicos pode ser baseada em dois processos distintos: um processo natural, que ocorre de forma orgânica, onde existe uma concentração constante de pessoas num espaço específico. O segundo processo, através do planeamento, suportado por uma criação pensada e elaborada com o objetivo de dar origem a um espaço público de raiz, como uma praça construída numa área antes devoluta. (Li, 2003)

Perante as constantes transformações urbanas que se verificam, *“(...) é agora redutivo definir o que é uma rua, referindo apenas um tipo de espaço que corresponde a um único serviço”* (Brandão, 2019, p.23). A autora defende que um quadro tipológico do espaço público tem como objetivo apenas a organização ou “arrumação”, sendo que os espaços públicos providenciam aos cidadãos muito mais que a sua funcionalidade ou tipologia associada. É então definido o seguinte quadro tipológico que tem em conta o tipo de serviço que cada espaço público oferece de forma mais frequente, não sendo, de forma alguma, exclusivo:

Tabela 1 – Exemplo de tipos de espaço público

Tipo do espaço público	Exemplo
1. Espaços “de traçado e acesso”	Ruas, avenidas, praças, largos;
2. Espaços “de paisagem”	Jardins, parques, miradouros;
3. Espaços “de mobilidade”	Os vários “modos” e veículos, ou apenas pedonais
4. Espaços de memória	Espaços com valor sentimental ou simbólico como cemitérios, memoriais, patrimoniais;
5. Espaços comerciais semi-interiores ou semi-exterieiros	Mercados, feiras, quiosques;

6. Espaços “gerados”	Edifícios (arcada, adro) ou de atividades como um parque infantil
----------------------	---

Fonte: Adaptado de Brandão, A., Brandão, P., 2019. “O Lugar de todos: Interpretar o espaço público urbano”.

Atualmente, cada espaço público não está apenas associado a uma tipo específico, constituindo um espaço híbrido onde o público e o privado se encontram. Encontram-se em constante modificação urbana, dando lugar a novos tipos e funções - “A expressão atual da diversidade no espaço público não é apenas um efeito visual pitoresco, mas um sinal de uma sociedade urbana mais complexa em que os modelos ou os tipos não podem ser estáticos nem dogmáticos” (Brandão, 2019).

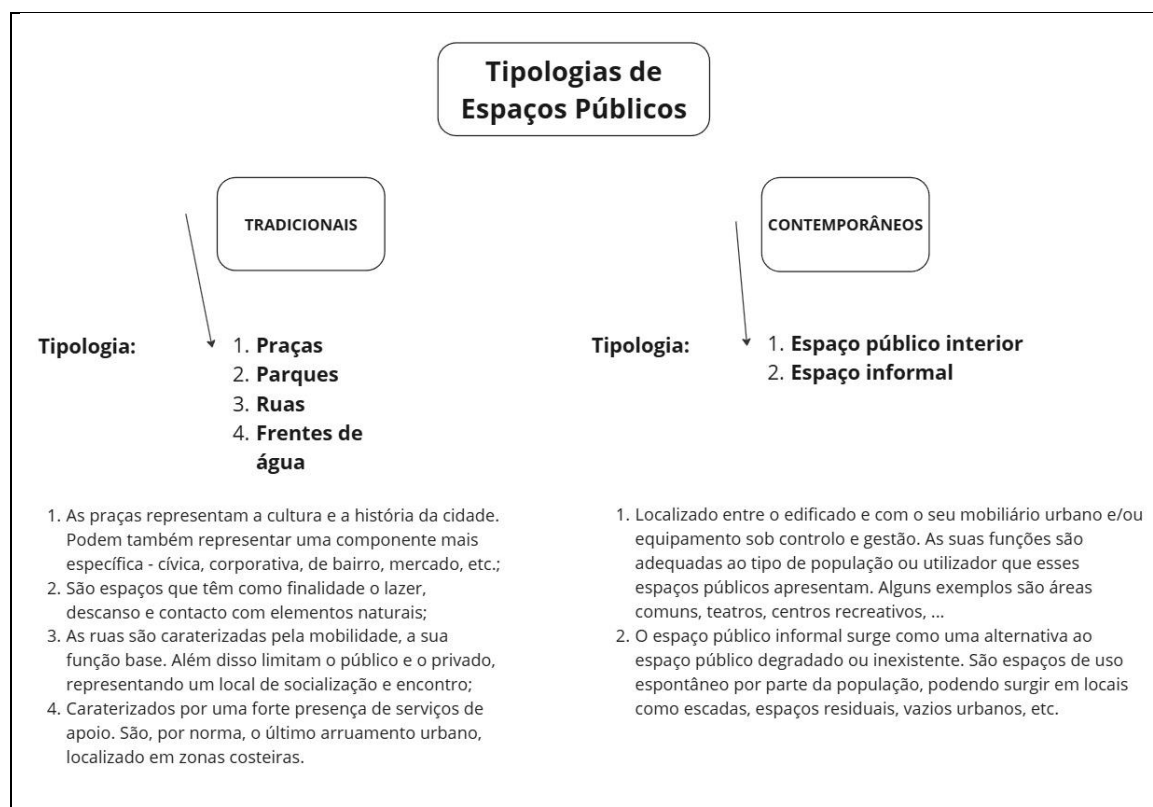
Segundo Lynch (1981), as tipologias de espaço público distinguem-se entre si pelas características intrínsecas e pelas atividades e relações que os utilizadores desses espaços usufruem. O autor apresenta alguns fatores que diferenciam esses espaços, através de um conjunto de indicadores como o sentido de orientação, a dimensão e estrutura do espaço e a sua densidade de ocupação. O autor apresenta as seguintes tipologias de espaços públicos:

1. **Praças e largos** – Espaços de socialização, lazer e encontro da população. Têm, em condições normais, mobiliário urbano de qualidade e elementos naturais que se traduzem numa atratividade e conforto para a população;
2. **Parques regionais** – Áreas no encontro rural-urbano. São parques que, devido à sua dimensão e atratividade, captam utilizadores que ocupam grande parte do seu dia à deslocação e permanência. Este episódio é, por norma, mais verificável durante os fins-de-semana;
3. **Parques urbanos** – espaços de menor área que os parques regionais. Com localização privilegiada, integrado numa área central do tecido urbano, os espaços oferecem várias atividades e razões para serem visitados;

4. **Parques lineares** – espaços associados a movimento, passeio e atividade física ativa, localizados em contextos mais rurais, por vezes ao longo de uma linha de água. Podem englobar atividades como a deslocação pedonal, bicicleta, carro, carruagem, entre outros;
5. **Parques infantis** – espaços dedicados às crianças, com mobiliário urbano adequado aos seus utilizadores;
6. **Parques de aventura** – espaços de grande dimensão e abertos, onde a descoberta e aventura são incentivados através de jogos e outros tipos de materiais.

Mora (2009) caracteriza o espaço público de uma forma tradicional e apenas em quatro categorias – praça, rua, parque e frente de água. A autora acrescentou, recentemente, duas novas categorias: espaço público informal e espaços público interior. Assim, o espaço público fica “arrumado” da seguinte forma:

Tabela 2 – Tipos de espaços públicos



Fonte: Mora (2009)

Já de acordo com o CCDD-LVT, “Critérios de Avaliação de Projectos de Desenho de Espaço Público”, o espaço público é definido da seguinte forma:

- ✓ Avenidas e Ruas;
- ✓ Praças, largos, praças, terreiros e recintos multifuncionais;
- ✓ Parques urbanos, jardins públicos e áreas ajardinadas de enquadramento;
- ✓ Espaços canais como vias férreas, auto-estradas e vias rápidas;
- ✓ Parques de estacionamento;
- ✓ Margens fluviais e marítimas.

2.3. Evolução e importância do espaço público

A importância do espaço público nas cidades e na qualidade de vida da sua população não é recente. É competência das cidades providenciar espaços públicos de qualidade, seja na vertente ambiental, cultural e económico social. Segundo Indovina (2002) o espaço público representa um papel fundamental no funcionamento da cidade e da sua identificação, sendo que a sua existência é considerada essencial para a socialização e realização de manifestações, traduzindo-se na qualidade de vida urbana. O autor afirma que *“(...) a transformação espaço público/ espaço de uso público constitui a passagem de uma função universalista para uma função discriminada”* onde *“(...) a qualidade de vida individual é também influenciada pela existência de espaço público e da sua tipologia.”*

As grandes análises e discussões sobre o espaço público começaram a surgir na época moderna, mais concretamente nos anos 60. Porém, ao olhar para a evolução do espaço público é possível identificar, pelo menos, três períodos distintos de elevada importância – Grécia Antiga, Idade Média e Contemporaneidade.

Os primeiros registos sobre a temática de espaços públicos estão associados à **Grécia Antiga**, quando o espaço público apresentava grande importância. Aliás, a conceção do espaço público está associada à Grécia Antiga, pois foi neste período que surgiu o desenho urbano, de forma a ordenar interesses e atividades num só território. (Lamas, 2004) As ágoras (Figura 2), caracterizadas por serem espaços abertos onde as transações de mercadorias eram realizadas, já se estabeleciam como um componente essencial da cidade. Além da função comercial assumiam também uma importante componente na vida social da população, sendo o local de eleição para a socialização e partilha de informação (Peppas, 2005) das mais variadas áreas – direito, políticas, governo, religião, entre outros.

Figura 2 – Ágora de Atenas e Templo de Hephaistos



Fonte: Spyros Kamilalis, 2017

Apesar da importância destes espaços públicos não existia um planeamento detalhado para a sua formação, senão nas colónias. As praças, por exemplo, surgiam “(...) *como pontos de interseção das ruas, locais onde se concentram atividades económicas e com cargas simbólicas e representativas da história de uma cidade.*” (Lopes, 2016). Segundo Saldanha (1993), “(...) *mais do que a praça do mercado ela era o espaço central e vital da cidade grega, o símbolo da presença do povo na atividade política até*

aos nossos dias em que se veem reduzidas a um estreito oásis verde, a meros espaços de estacionamento ou a cruzamentos de vias indiferenciadas”

Já numa fase posterior, na **Idade Média**, a constituição de largos e arruamentos verificou-se de uma forma orgânica. As praças surgiam intramuralhas, junto a símbolos de poder e segurança como a igreja e o castelo. *“A praça inicialmente surge como um local de mercado e de reunião, com diferentes usos, e não como um espaço desenhado, sendo que nas povoações dentro de muralhas, as construções destacam-se pela existência de uma ordem, compacidade e monotonia, interrompida pela presença de um espaço público como uma praça, um largo ou adro, direcionados para o comércio, reunião e também para o culto espiritual”* (Araújo, 2007). Verifica-se que, ao contrário das praças na Grécia Antiga, marcadas por um vazio e forma regular, no caso do espaço público na Idade Média, estes locais eram irregulares.

Apesar de algumas semelhanças no uso e simbologia quando comparado com a Grécia Antiga, as praças na Idade Média eram marcadas pela presença de um governo forte que pretendia demonstrar a sua autoridade em espaço público. Verificou-se uma ocupação desses territórios através de manifestações governamentais como anúncio de leis, execuções e punições. (Cortez, 2009)

“Ágora, em determinados períodos, foi na realidade um espaço de mediação cultural, ou melhor, um espaço de comunicação em sentido amplo da interação humana. Ela possibilita o comércio de mercadorias e produtos, a discussão política, os discursos artísticos (...). Há nesse sentido uma semelhança muito grande com a mídia moderna. Ao partilhar a ágora, o indivíduo, ainda que não fosse cidadão, com certeza se sentia informado das decisões políticas, dos acontecimentos sociais, das ironias (...) Para os escravos e para os que não tinham cidadania, ágora pode ter sido uma fonte de informação. Para os cidadãos, era algo mais e de forma oficial: uma espécie de parlamento popular, já que votavam e participavam nas decisões coletivamente, além de ter obrigações no funcionamento burocrático da estrutura política da sociedade.” (Cortez, 2009, p.22)

Se com a Renascença a praça ganhou outra dimensão e estatuto, a industrialização, nós séculos XVIII e XIX, gerou um enorme crescimento urbano e desenvolvimento das cidades europeias. Até então, larga a maioria da população vivia em contexto rural, produzindo aquilo que consumia. Porém, com a industrialização, esta população mudou-se para as grandes cidades à procura de emprego e melhores condições de vida. Esta grande variação de população residente obrigou a uma série de exercícios de reflexão sobre a forma como se planeia as cidades, os espaços públicos e em matéria de habitação. Começaram assim a surgir os bairros operários que sustentaram um crescimento populacional inesperado, resultado direto da diminuição da mortalidade e do aumento da esperança de vida (suportados por avanços na medicina, aumento da produção agrícola, recuo das grandes fomes, entre outros). (Camacho, 1993)

O crescimento populacional trouxe consequências para as cidades, que se tornaram espaços caóticos e sobrelotados, onde o edificado era tão denso que não permitia a circulação de ar e sol. A saúde dos habitantes foi prontamente afetada, seja a nível físico ou mental, gerando uma série de problemas sociais. Foi então, a partir deste momento, que o desenvolvimento da cidade foi entregue a urbanistas profissionais. Como resposta a estes problemas, depois de vários modelos e iniciativas surge, já no século XX, o Movimento Moderno. (Delfante, 2000)

Mais recentemente a evolução tecnológica tem acelerado o ritmo de crescimento e mudança das cidades, e também da forma como se olha para o espaço público. *“A urbanização e o crescimento da população acarretam, para a cidade, uma série de problemas sociais (moradia, saúde, educação) e ambientais. Necessitando de um planeamento para reduzir esses impactos.”* (Virgílio, 2003). A evolução tecnológica e a difusão das notícias pelos meios digitais contribuíram para uma ligeira diminuição do uso das praças e dos espaços públicos para partilha de informação e notícias. Se antes existia uma deslocação da população para essas praças, em busca de informação e socialização, atualmente esses procedimentos podem ser realizados através de meios digitais, sem sair de casa, demonstrando assim, mais uma vez, a necessidade de repensar os espaços públicos, tendo em conta as novas fontes, acesso à informação e sociabilização. Zukin (2001) afirma mesmo que os espaços públicos podem vir a

desaparecer ou ser sinónimo de um conceito que *“tudo inclui e nada significa”*. Apesar disso, é correto afirmar, atualmente, que *“o espaço público é uma parte importante dos processos urbanos contemporâneos, com um papel crescente nas expectativas de qualidade de vida, agência social e cultural, sistemas de mobilidade, formas de governança ou gestão de riscos ambientais.”* (Brandão, 2019, p. 49)

3. Espaço público à luz de Jan Gehl

Jan Gehl (Figura 3), arquiteto e urbanista dinamarquês, é considerado uma referência mundial em matéria de urbanismo e intervenção em espaços públicos. Formado em arquitetura em 1960 no Royal Danish Academy of Architecture, é autor de várias publicações e estudos sobre o desenho urbano e a relação entre pessoas e os espaços da cidade. A “Forma” e a “Vida” representam os dois conceitos fundamentais na abordagem ao espaço público de Jan Gehl, sendo a forma representada pela cidade, o construído, enquanto a vida está associada à cidade habitada, aos utilizadores dos espaços públicos.

Em 1971 o autor dinamarquês publica o seu primeiro livro intitulado “Life Between Buildings”, representando “(...) *um protesto contra os princípios funcionalistas para o planeamento das cidade daquela época*” (Camacho, 1993). De referir que os princípios funcionalistas rejeitavam a cidade e os espaços da cidade, sendo a sua prioridade os edifícios individuais, a “coisa”, sem qualquer preocupação ou menção aos aspetos sociais e psicológicos resultantes dessa forma de planeamento modernista.

Após 1973 e até ao início do ano 2000, Jan Gehl, já professor na Escola de Arquitetura The Royal Danish Academy of Fine Arts em Copenhaga, conduziu um estudo sobre a vida urbana da cidade, utilizando-a como o seu “laboratório urbano”. Este estudo, baseado na observação e no registo fotográfico, viria a demonstrar-se como um exemplo de boas práticas a seguir no planeamento urbano orientado para as pessoas.

Nos últimos anos o arquiteto dinamarquês publicou obras como Public Spaces Public Life (2004) e New City Spaces (2008), ambas relacionadas com a relação do espaço social e urbano. Com a sua equipa no atelier Gehl Architects, tem participado em vários estudos e planos espalhados por todo o mundo, incluindo Nova Iorque, Moscovo e Melbourne.

Atualmente Jan Gehl encontra-se reformado, mantendo, porém, a sua participação em conferências e palestras, desenvolvendo e partilhando uma abordagem urbanista centrada nas pessoas, naquilo que considera “o verdadeiro motivo de interesse das cidades”.

Figura 3 – Jan Gehl, arquiteto e urbanista dinamarquês



Fonte: Woche, 2015

3.1. O Urbanismo Moderno e as críticas de Jan Gehl

O Urbanismo Moderno surge no século XVIII como resposta ao aumento da população europeia, fruto do êxodo rural em busca de melhores condições de vida e emprego. Este rápido aumento de população foi solucionado com a criação de bairros operários, geralmente perto de fábricas, resultando em ruas sombrias, sem circulação de ar e onde as doenças rapidamente se espalhavam em áreas densamente construídas. Estes bairros operários e a chamada cidade industrial era, em geral, caracterizada pela insalubridade, ausência ou deficientes condições de abastecimento de água, esgoto sanitário e recolha de lixo. Estes fatores representaram uma grande preocupação com graves problemas sociais, quando predomina o interesse pela iniciativa privada, onde o objetivo era o máximo lucro, sem limitações ou especial controlo.

O século XIX apresenta-se como "(...) um século de transição entre os sistemas que podemos qualificar de tradicionais e as novas concepções da cidade: durante séculos o urbano refletiu um acordo quase perfeito entre os valores arquitetónicos e o espaço (...), ao passo que o século XIX procura novas relações entre a organização urbana e o plano conjunto." (Delfante, 2000, p.47)

Com o aparecimento da preocupação perante questões de salubridade, surge o urbanismo higienista, baseado na ideia de providenciar à população melhores condições de vida, conciliando os objetivos e interesses públicos com a iniciativa privada. Na Inglaterra, em 1848, é aprovada a primeira lei sanitária apelidada Public Health Act. Esta lei garantia as condições de salubridade, abastecimento de água, saneamento, etc., no espaço urbano, marcando um virar de página na forma como se pensa e desenvolve o espaço público. Revolucionou o urbanismo e planeamento das cidades através de “(...) uma legislação especificamente urbanística, definindo as densidades, critérios para a implantação de loteamentos, distância entre edificações, seus gabaritos e altura, e até características de cada edificação, isto é, espaços, aberturas e materiais a serem utilizados.” (Barreiros, 1995)

Depois de várias intervenções de grande significado na rutura com a cidade herdada, como os de Haussmann em Paris, os de Cerdá em Barcelona ou Sitte em Viena, no século XX acorda-se num conjunto de intervenção urbana, assinada por vários arquitetos e urbanistas em 1942.

A carta de Atenas denunciou as insuficiências e carências das cidades, apresentando como abordagem a seguir o conceito de zonamento funcional – um modelo de construção padronizada e com zonamento de funções – onde as áreas residenciais, de lazer e trabalho se encontravam separadas fisicamente. Esta ideologia, apelidada de funcionalista, focou-se no edifício isolado, construído através de novas técnicas de engenharia e materiais desenvolvidos na época com destaque para o betão e o ferro. Uma das consequências desta abordagem foi visível através do desaparecimento das ruas e das praças, locais que até à data eram considerados como pontos focais e centrais no convívio social. (Távora, 2008)

Perante o Urbanismo Moderno e a normailização do edifício isolado, sem ligação entre si e sem espaços públicos ou jardins, o sentido de comunidade e o bem-estar da população começou a ser afetado de forma severa. O espaço público, outrora lugar de encontro, socialização e lazer, era agora o espaço que sobrava entre os grandes edifícios, não sendo, de todo, uma prioridade.

Vários autores começaram a demonstrar a sua insatisfação perante as práticas realizadas. Jan Gehl, o arquiteto dinamarquês, revelou-se, juntamente com Jane Jacobs, nos Estados Unidos, como uma das figuras mais marcantes nesta discussão. A ideologia de Jan Gehl tinha como base a importância das relações sociais que acontecem nos espaços públicos das cidades, lembrando a necessidade de contacto, inerente ao ser humano. Gehl afirmava que a vida nos edifícios e entre edifícios se classifica como mais essencial e relevante do que os próprios espaços e edifícios, representando assim um claro choque com os ideais modernistas. Além disso, Gehl defendia que as pessoas são o essencial nas cidades, afirmando que a natureza do ser humano é sentir-se atraído para locais onde há coisas a acontecer e que a maior atração numa cidade são as outras pessoas e as relações sociais. (Gehl, 1996)

O arquiteto dinamarquês fez das cidades o seu laboratório (com destaque para o já referido caso de Copenhaga), desenvolvendo vários estudos e projetos ao longo dos anos. A sua metodologia, ainda hoje utilizada e distinguida, assenta, de forma breve, em três grandes pilares: a escala humana, a cidade como lugar de encontro e a cidade ao nível do olhar.

3.2. A escala humana

O conceito de escala humana relaciona o espaço físico das cidades com os seus utilizadores. A escala humana é *“(...) a qualidade da paisagem humana tal como é entendida pelas pessoas que observam e permanecem na cidade. Trata-se da dimensão mais importante relacionada com a vida na cidade e o espaço público”* (Gehl, 2010). Este conceito engloba aspetos como a organização do espaço público, os materiais utilizados, a qualidade e detalhes da arquitetura, a possibilidade de caminhar, entre outros, que têm impacto direto nas experiências dos seus utilizadores. Como referido por Gehl, o verdadeiro interesse das cidades e dos espaços públicos são as pessoas, pelo que o conceito de escala humana pretende que seja criado um espaço público animado e uma experiência de passeio e permanência atrativa, fazendo com

que a população permaneça na cidade, nos espaços públicos, usufruindo da vida pública. (Teng, 2014)

A necessidade de pensar na escala humana, no momento de planeamento de espaços públicos e das cidades, surge como uma tentativa de reparar os erros cometidos no movimento moderno, onde as prioridades se focavam no edifício, seguido do espaço entre edifícios e só depois na vida urbana. Segundo Jan Gehl, um bom planeamento urbano deve ter como prioridade a vida urbana, seguido do espaço e só no fim os edifícios (Figura 4). As cidades modernistas colocavam o edifício individual como prioridade, não deixando espaço com qualidade para a vida na cidade e para a sua digna utilização por parte dos utilizadores. Segundo Rolnik (2000), o urbanismo moderno *“(...) atribuiu à cidade as funções de lazer, de morar, de trabalho e circulação. Destas quatro funções, três ficaram confinadas e localizadas em espaços privados, cada vez mais circunscritos e homogêneos, cabendo à dimensão pública a função da circulação. O processo de fuga do controlo e da gestão pública das funções da cidade contribuiu para o desaparecimento do sentido público e político da cidade, dando-se ênfase quase exclusiva a uma conceção de espaço urbano onde prevalece o carácter, o modelo privado da cidade, de sociedade”*. É correto afirmar que o urbanismo moderno negligenciou por completo a vertente social do planeamento, fazendo com que a vida urbana ficasse limitada ao espaço que sobrava entre os edifícios. Jan Gehl defende que uma abordagem com sucesso, no que toca ao planeamento das cidades e do espaço público, deve obrigatoriamente colocar a vida urbana em primeiro lugar. Além disso, o arquiteto dinamarquês afirma que quando comparado com outros investimentos, em especial os cuidados de saúde e infraestruturas automóveis, o custo de incluir a vertente social no planeamento urbano é tão reduzido que os investimentos nesta área são possíveis em cidade espalhadas por todo o mundo, independentemente do seu estado de desenvolvimento e capacidade financeira. (Gehl, 2010) Por isso, será essencial a construção de cidades seguras, vivas e sustentáveis, onde o espaço público se possa expressar na sua melhor forma, garantindo uma função social, contribuindo para que a cidade se torne num local de encontro, assim contribuindo para uma sociedade aberta e democrática.

Jan Gehl (2010) afirma que “*se olharmos a história das cidades, pode-se ver claramente que as estruturas urbanas e o planeamento influenciam o comportamento humano e as formas de funcionamento das cidades*”, referindo, mais uma vez, a necessidade e urgência em ter em conta a escala humana no momento de planeamento e desenvolvimento de espaços públicos. É importante também referir que “*primeiro, nós moldamos as cidades – então, elas nos moldam*” (Gehl, 2010) e que o ser humano apresenta características únicas e bem definidas no que toca, por exemplo, à sua orientação. Gehl afirma que o corpo humano é linear no que toca à sua orientação. Isto significa que o ser humano tem facilidade em movimentar-se para a frente (seja a correr ou andar), mas apresenta limitações no movimento lateral e para trás. Este fator deve ser algo a ter em conta na conceção e planeamento de espaços públicos, de forma a conseguir cativar mais utilizadores.

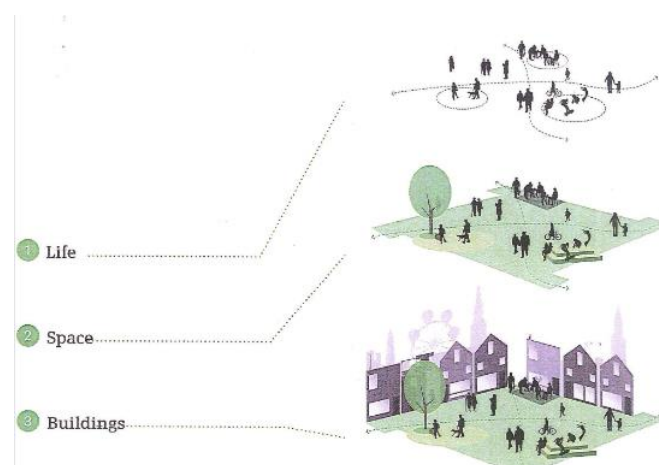
Resumindo, a escala humana pode ser definida pela estreita relação que mantem com o corpo humano. Isto significa que o corpo humano é utilizado como *standard* para as várias comparações e estudos de espaço público. Além disso, a escala humana é também caracterizada por ter em conta uma estrutura compacta e interligada com a sua envolvente, *walking routes* lógicas que incentivem a população a caminhar cada vez mais, com hierarquia clara no que toca à organização do espaço em si, em que a edificação tem uma altura uniforme e fachada apelativa respeitando a dimensão humana, de forma a não ser intrusiva, mantendo uma relação de equilíbrio com o restante edificado, com *soft boundaries* entre o privado e o público.

Segundo Teng (2014) um espaço público de qualidade e que respeita a escala humana é caracterizado por:

- Uma estrutura compacta, interligada com a sua envolvente e de elevada densidade é ideal para convidar utilizadores ao espaço público, de forma a garantir a sua permanência. Além disso, o facto de a distância de comunicação ser encurtada significa um claro incentivo à socialização;
- Percursos pedestres curtos e lógicos, que garantam um caminho praticamente direto para o destino em questão;

- Uma organização clara dos espaços hierárquicos que respeite os espaços e os seus diferentes tamanhos e escalas;
- Equilíbrio e ordem no que toca à altura de edifícios. Garantir que a dimensão dos edifícios é ajustada ao espaço público ou área em questão, além de colocar os edifícios mais elevados no plano de fundo e os mais baixos no primeiro plano;
- Harmonia entre espaço aberto e o edificado, de forma que o utilizador do espaço pública se sinta integrado com a sua envolvente;
- Um equilíbrio entre a largura da rua e a altura do edifício. O rácio ideal de 1-2 é sinónimo de bem-estar para os peões;
- Presença de limites suaves ou *soft boundaries* entre o espaço privado e o espaço público, de forma a criar zonas de transição suave para os utilizadores;
- Um rés-do-chão rico em vários usos e funções que incentive a população a caminhar a um ritmo confortável, numa rua viva e rica em pormenores;
- Fachadas ricas e originais, sem mais que 25 metros de comprimento de forma a estimular e criar curiosidade ao utilizador (Figura 5);
- Diversidade e riqueza na arquitetura dos edifícios, de forma a “convidar” os utilizadores a caminhar mais e se possível visitar os edifícios.

Figura 4 – As prioridades do planeamento urbano, por ordem, segundo Jan Gehl



Fonte: Gehl Architects (2003)

3.3. A cidade como local de encontro

Não é recente o carácter de local de encontro e espaço de convívio e socialização que as cidades e espaços públicos apresentam. Atividades como caminhar, observar, fazer exercício, dançar, conversar, etc., fazem com que o espaço comum da cidade se apresente como local essencial na vida da população. Segundo Jan Gehl (2001) *“há muito mais em caminhar do que apenas andar”*, apesar de caminhar ser considerado o ponto de partida.

A partir do século XX verificou-se, através dos ideais modernistas, uma grande apropriação do espaço urbano por parte dos automóveis. O automóvel fornecia um modo de deslocação rápido e conveniente, passando rapidamente a ser considerado como prioridade em matéria de planeamento. Perante esta alteração e consequente perda de espaço na via pública por parte dos peões, vários nomes de protesto fizeram-se ouvir, como os exemplos de Jan Gehl e Jane Jacobs.

Jane Jacobs revelou-se como uma das mais importantes vozes críticas ao avanço do automóvel nas cidades. No seu livro *“Death and Life of Great American Cities”* sublinha o erro em virar as atenções do planeamento para o automóvel e para o desinteresse pelos espaços públicos, que eram à data vistos como não prioritários. Aliás, para os urbanistas da época, a atenção estava virada apenas para as atividades necessárias ao quotidiano da população, das quais se destacavam os movimentos casa trabalho, deslocação para a escola e atividades estritamente necessárias como ir às compras. A autora refere ainda que o declínio das cidades, muito associado à sua perda de qualidades, estava maioritariamente ligado ao desrespeito pela vertente social e não necessariamente pela invasão do automóvel, ainda que tivesse uma parte de responsabilidade neste declínio. Segundo Jacobs, as cidades apresentam vários usos, funções e outras atividades que se demonstram como essenciais para os seus utilizadores e consequentemente para a sua qualidade de vida. Tal como Gehl refere, Jacobs considera que as atividades sociais não obrigatórias (como por exemplo o lazer) são essenciais para o ser humano e para a sua necessidade de contacto, não devendo, em circunstância alguma, ser deixadas de lado. No fundo, a ideia transmitida por

Jacobs assenta no facto da cidade e os seus espaços públicos serem muito mais que locais de mera deslocação ou passagem, representando uma grande simbologia e importância nos seus utilizadores em matéria de lazer e socialização. (Jacobs, 1961)

Jan Gehl (2001) sustenta as ideias de Jacobs afirmando que “ (...) nas cidades onde as condições para vivenciar o tráfego a pé foram melhoradas, a gama de atividades desenvolvidas por esse meio aumenta de forma significativa. Vemos até mesmo um crescimento mais amplo nas atividades sociais e de recreação.”

Um ponto crucial para Jan Gehl, no que toca à importância do espaço público para o bem-estar e vida social da população, prende-se com o facto do ser humano querer sempre ver e ouvir. Segundo o arquiteto dinamarquês “(...) os bebés esforçam-se para ver o mais possível e mais tarde, gatinham pela casa toda para acompanhar o movimento. Crianças mais velhas trazem seus brinquedos até à sala ou cozinha para ficarem onde a ação acontece. (...) Os jovens encontram-se perto das entradas ou nas esquinas para acompanhar – e talvez participar – nos acontecimentos.” (Gehl, 2001). Quando observamos os fluxos e vivências em espaços públicos, é fácil compreender a afirmação de Jan Gehl, principalmente em pequenos detalhes como a atração das pessoas pelas outras pessoas ou o facto dos utilizadores de espaços públicos se posicionarem, quando em repouso, diretamente virados para as outras pessoas, de forma a observarem os transeuntes (Figura 5).

Figura 5 – Oportunidades para permanecer sentado e observar



Fonte: Project for Public Spaces, 2019

Como já foi referido, a importância das vivências sociais ou da componente social dos espaços públicos não é recente. Ao longo da história são vários os exemplos e registos da importância das praças como local de reunião, fonte de informação, convívio, entre outros. Atualmente, apesar dos espaços públicos apresentarem uma perda de relevância na componente de fonte de informação, podem apostar numa estratégia de captação de utilizadores para atividades mais relacionadas com o lazer, suportados por bom mobiliário urbano, pavimento e presença de elementos naturais.

Segundo Félix (2018), *“(...) o papel que a cidade desempenha como local de encontro tem um peso importante na sustentabilidade social devido à sua dimensão democrática, na medida em que procura dar iguais oportunidade de acesso a todos os grupos sociais, promovendo assim o encontro com outros no espaço público. Assim, quando a sua dimensão é colocada de parte no planeamento urbano, a cidade perde a sua função democrática”*.

3.4. A cidade ao nível do olhar

A cidade ao nível dos olhos é a escala mais importante para o planeamento urbano (Gehl, 2010). O autor defende que a vida nas cidades acontece no piso térreo, existindo assim uma necessidade de planear e cuidar desses espaços com especial atenção.

Existe muito mais no caminhar do que o simples andar, sendo que uma caminhada pode representar várias situações como ir do ponto A para o B, um passeio para desfrutar a cidade, uma caminhada para a prática de exercício físico ou para apreciar montras e fazer compras. Segundo Jan Gehl (2010), *“(...) independentemente do propósito, uma caminhada pelo espaço urbano é uma espécie de fórum para as atividades sociais que acontecem durante o percurso, como parte integrante das atividades do pedestre”*.

O piso térreo ocupa assim um papel central nas caminhadas da população. É no rés-do-chão que o edifício se cruza com a cidade e onde a vida do interior se junta com o exterior. É nesta zona de transição que a população se desloca e mantém uma relação

bastante íntima com as fachadas e os edifícios, demonstrando assim uma necessidade de um planeamento que considere esses pontos. Para Jan Gehl (2001) *“(...) caminhar na paisagem urbana pode trazer pequenos aborrecimentos e dificuldades. Um deles são as grades que mantêm os pedestres confinados em calçadas lotadas. As barreiras colocadas nos cruzamentos para manter os pedestres longes das esquinas estendem-se um pouco mais ao longo da rua, causando desvios e aborrecimentos.”*

Recentemente o desenho do rés-do-chão foi caracterizado por fachadas sóbrias e sem detalhe, gerando uma falta de interesse e motivo de contemplação por parte dos pedestres (Figura 6).

Figura 6 – Fachadas ricas e interessantes vs fachada sóbria e fechada



Fonte: Cities for People, 2010

Além do facto das fachadas ricas em motivos de interesse captarem a atenção dos pedestres, a sensação de distância percorrida também é afetada. Perante uma fachada como o exemplo B da Figura 6, caracterizada por um estilo sóbrio e orientação horizontal, a sensação de distância percorrida é aumentada, tendo em conta a ausência de cor, vida e interesse. Em contrapartida, numa fachada como o exemplo A, o passeio torna-se mais interessante e a sensação de distância é reduzida, incentivando assim as pessoas a caminhar.

Gehl (2010) refere também que a população apresenta uma relação bastante mais próxima com o piso térreo quando comparado com andares superiores. Enquanto utilizador do espaço público, o ser humano passa grande parte do seu tempo, seja em

lazer ou em direção ao trabalho, junto ao piso rés-do-chão. É a esta altura que se encontram os verdadeiros motivos de interesse das cidades, incluindo as próprias pessoas e vários tipos de atividades. Os pisos superiores não são incluídos no nosso campo de visão, não tendo assim um impacto significativo nos pedestres enquanto utilizadores do espaço público.

O Fenómeno das Arestas ou Edge Effect é definido, segundo Jan Gehl (2006), por “(...) referir-se à preferência das pessoas por ficarem nos limites do espaço, onde a sua presença é mais discreta e onde têm uma visão particularmente boa do espaço. Outro fator comportamental relevante para a conceção de fachadas é o efeito de apoio, que se refere à preferência humana por estar de pé ou sentado num ponto fixo – um nicho, um canto, uma coluna ou outra coisa qualquer que forneça tanto apoio físico como psicológico”. As arestas referidas por Jan Gehl tornam-se particularmente importantes por se localizarem em zonas de transição, que apresentam uma grande variedade de atividades (lazer, exibição, permanecer em pé, observar, entre outros) e que se demonstram como espaços de segurança para a população, seja para permanecer sentado, observar ou descansar.

3.5. 12 critérios de Jan Gehl para um bom espaço público

No livro “Cities for People”, Jan Gehl apresenta 12 critérios que entende como necessários para um bom espaço público. Organizados em três grupos – Proteção, Conforto e Satisfação.

1. Proteção contra tráfego e acidentes

“Protection expresses our need to be kept safe from accidents, insecurity and discomfort” (Gehl, 2006). A ideia transmitida neste ponto está relacionada com o facto de um bom espaço público ter de oferecer aos seus utilizadores uma boa proteção contra o tráfego, através de barreiras físicas ou outro tipo de instrumento que providencie mais proteção ou sensação de segurança. A segurança dos utilizadores dos

espaços públicos revela-se como um fator essencial para a qualidade do espaço público, sendo necessário garantir uma experiência de qualidade aos peões e utilizadores em geral.

2. Proteção contra o crime e a violência

“Being able to walk safely in city space is a prerequisite for creating inviting well-functioning cities for people” (Gehl, 2017)

Os espaços públicos devem apresentar um ambiente cheio, com vida e segurança para os seus utilizadores. Aspetos como o número de utilizadores, iluminação e videovigilância têm capacidade para aumentar a perceção de segurança dos utilizadores. Segundo Jan Gehl (2010), quando estamos rodeados de outras pessoas, sentimo-nos mais seguros e relaxados, conseguindo assim aproveitar o espaço público onde nos encontramos. A própria habitação também pode ocupar um importante lugar no que toca a segurança nos espaços públicos. Durante o período noturno, a iluminação vinda da janela das casas, das zonas residenciais, aumentam a sensação de segurança e conforto para os utilizadores do espaço público.

3. Proteção contra experiências sensoriais desagradáveis

Jan Gehl aponta para a necessidade de existir nos espaços públicos uma proteção contra experiências sensoriais desagradáveis como o vento, chuva e neve, frio e calor, poluição atmosférica, poluição sonora, entre outros. O espaço público acaba por ser mais valorizado e utilizado quando consegue garantir aos seus utilizadores níveis aceitáveis de conforto, independentemente da altura do ano. O autor dinamarquês apresenta como exemplo alguns países da Escandinávia onde mesmo em época de inverno, as esplanadas são bastante utilizadas pois oferecem aos seus clientes elementos de conforto como cobertores, aquecedores e almofadas. Desta forma, garantem a permanência dos clientes ao longo de todo o ano. A vegetação também pode desempenhar um papel essencial em garantir o conforto no espaço público.

Além do embelezamento do espaço, em dias de vento podem garantir uma barreira de proteção para o público, enquanto no verão oferecem sombra para refrescar. (Gehl, 2016)

4. Oportunidades para caminhar

Neste ponto Jan Gehl remete para a necessidade dos espaços públicos apresentarem condições favoráveis para a circulação pedonal. O autor refere a importância em criar espaços públicos acessíveis para todos, referindo como orientação as idades dos 8 aos 80 anos. Além disso, questões como a ausência de obstáculos, boa pavimentação e fachadas interessantes são também abordadas e indicadas como prioridades.

5. Oportunidades para permanecer em pé

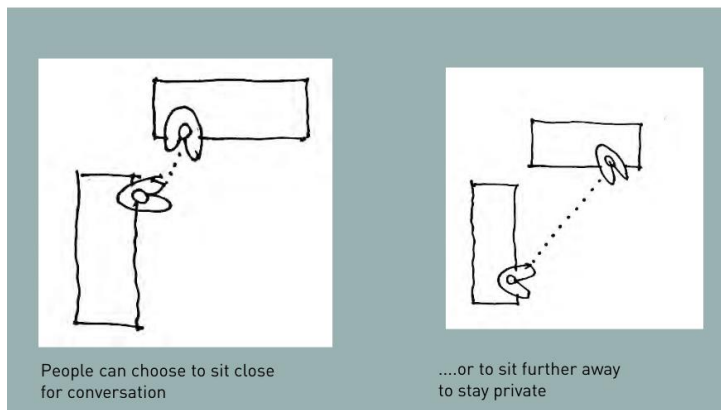
As oportunidades para permanecer em pé são suportadas por questões como o mobiliário urbano e locais agradáveis. Jan Gehl refere também a importância de elementos como portas e janelas nas fachadas, que constituem motivos de interesse para as pessoas permanecer nesses lugares. Como já referido, é importante evitar fachadas longas e sóbrias, que aumentem a sensação de distância dos trajetos.

6. Oportunidades para sentar

O mobiliário urbano revela-se como essencial mais uma vez. Gehl defende que o ser humano gosta de observar, tanto os peões como as vistas, além de precisar de descansar e relaxar enquanto utilizador do espaço público. Elementos como bancos e canteiros assumem um papel de suporte essencial nestes tipos de espaços públicos. A própria orientação desse mobiliário urbano também deve ser merecer atenção, podendo influenciar bastante a percepção de conforto e segurança dos seus utilizadores. (Figura 8)

Figura 8 – A importância do posicionamento do mobiliário urbano

Flexible social distances - Benches placed perpendicular



Fonte: Senses Scale and 12 Quality Criteria, 2015

7. Oportunidades para observar

Gehl refere que é imperativo oferecer aos utilizadores do espaço público algo para olhar, algum motivo de interesse. (Gehl, 2016)

Fatores como a distância de observação, vistas desejáveis e boa iluminação (especialmente em período noturno) têm interferência direta nas oportunidades de observar. Espaços públicos como praças, miradouros e parques devem oferecer mobiliário urbano de qualidade e que permita aos seus utilizadores ter boas vistas, onde possam observar tudo o que se passa no seu ângulo de visão enquanto mantêm as suas costas protegidas, aumento assim a sensação de segurança e conforto.

8. Oportunidades para ouvir e conversar

O espaço público é a “sala” das cidades, local de eleição para a vida pública. Como tal, deve apresentar características que permitam ouvir e conversar, como um mobiliário urbano confortável e baixo nível de ruído.

9. Oportunidades para praticar exercício físico e brincar

O espaços públicos, devem, segundo Jan Gehl, oferecer aos seus utilizadores atividades que estimulem a criatividade, exercício físico e outro tipos de atividades de cariz social. Independentemente da altura do dia ou da estação do ano, os espaços públicos devem conseguir atrair os seus utilizadores para um variado número de atividades como – caminhar, exercitar, jogar, entre outros.

10. Escala humana

Jan Gehl refere que enquanto utilizador de um espaço público, o indivíduo deve sentir-se confortável. Os edifícios e envolvente do espaço público devem respeitar as dimensões definidas para o local, respeitando assim a escala humana e garantindo o conforto dos seus utilizadores.

11. Oportunidade para aproveitar os aspetos positivos do clima

O espaço público deve aproveitar as características agradáveis como o sol, sombra, calor, fresco e brisa. O mobiliário urbano juntamente com os elementos naturais devem marcar presença de forma a aumentar a sensação de conforto dos utilizadores dos espaços públicos.

12. Experiências sensoriais agradáveis

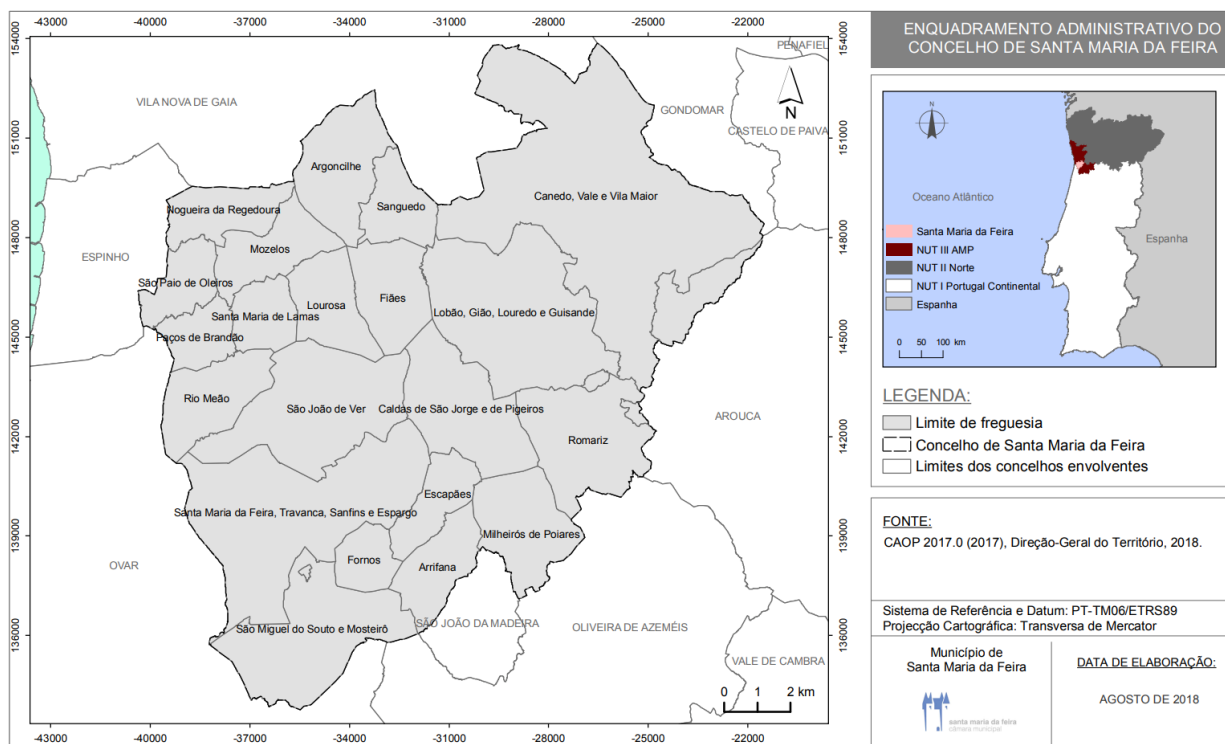
Os espaços públicos representam muitas vezes um local de descanso e lazer, onde os trabalhadores fazem a sua pausa de almoço. Um bom design, projetos bem estruturados e detalhados, materiais de qualidade e a presença de elementos naturais como árvores, plantas e água, ocupam um papel essencial no aumento das experiências sensoriais agradáveis.

4. Espaço Público na Área Central de Santa Maria da Feira

4.1. Breve enquadramento territorial

O Município de Santa Maria da Feira pertence à NUT III e à Área Metropolitana do Porto. Situa-se numa “(...) região imbricada nos eixos Norte/Sul e Litoral/Interior do território nacional, o que faz com que o seu posicionamento tenha que ser considerado como estratégico, tendo sido, desde sempre, ponto de encontro e de passagem de muitos povos.” (CMSMF, 2009) Segundo o INE (Censos 2021) a população residente é de aproximadamente 136 674 habitantes, inseridos em 21 freguesias. (Figura 9)

Figura 9 – Representação cartográfica do Concelho de Santa Maria da Feira e respetivas freguesias



Fonte: CMSMF, 2018

O concelho destaca-se pela sua localização geográfica de proximidade a Aveiro e Porto, conferindo-lhe uma vantagem locativa na fixação de população e empresas. (CMSMF, 2014)

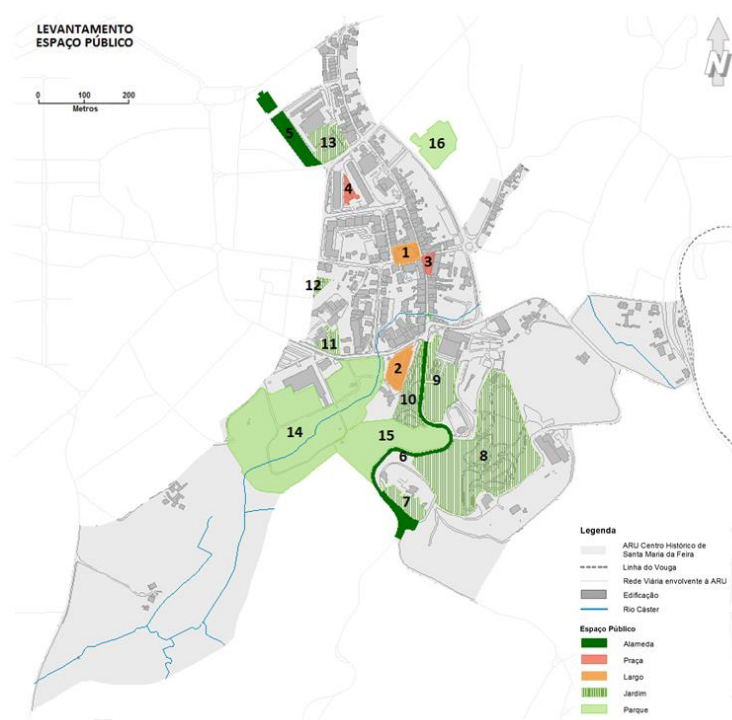
A economia local apresenta uma forte presença de atividade transformadora (Indústria), representando cerca de 60% do total da atividade económica local. Atividades como turismo e serviços têm vindo a aumentar o seu impacto na economia local. (CMSMF, 2009)

Santa Maria da Feira apresenta uma grande variedade de recursos turísticos, tanto naturais como histórico-culturais, entre os quais se realçam - Mata das Guimbras, Quinta do Castelo, Castelo da Feira e Mercado Municipal. Apesar desta riqueza, é no capítulo dos eventos que o território de Santa Maria da Feira se destaca, sendo um polo cultural e turístico da região norte, *“(...) reconhecido pela qualidade da animação que oferece aos visitantes com atividades e eventos únicos.”* (Plano Estratégico e de Marketing para o Turismo de Santa Maria da Feira, 2017)

4.2. Espaço público na área central de Santa Maria da Feira

A área central de Santa Maria da Feira, definida ao longo deste trabalho pela ARU Centro Histórico de Santa Maria da Feira, uma área *“delimitada tendo em conta os limites do Centro Histórico e sua envolvente próxima, acoplando zonas adjacentes ao Centro Histórico que em termos de proximidade e morfologia urbana contribuem para a dinamização e reabilitação de uma centralidade da cidade de Santa Maria da Feira.”* (CMSMF, 2014) apresenta uma grande variedade de tipos espaços públicos, como se verifica na figura 10.

Figura 10 – Espaço público na área central de Santa Maria da Feira



Fonte: CMSMF, 2014

- 1. Praça Doutor Gaspar Moreira (3.2);**
2. Largo de Camões;
3. Praça da República;
4. Praça Professor Leão;
- 5. Alameda do Palácio da Justiça (3.3);**
6. Alameda Doutor Roberto Vaz Oliveira;
7. Jardim do Castelo;
8. Jardins da Quinta do Castelo;
9. Jardins da Igreja da Misericórdia;
10. Jardins do Convento dos Lóios;
11. Jardim da Capela de São Miguel;
12. Jardim da Travessa Bispo Dom Sebastião S. Resende;
13. Jardim do Palácio da Justiça;
14. Parque Urbano do Rio Cáster;
15. Parque da Mata das Guimbras;
16. Parque da Biblioteca

A Câmara Municipal de Santa Maria da Feira tem contribuído na regeneração do Centro Histórico através da renovação do espaço público e várias intervenções que *“(...) contagiaram o processo de reabilitação do edificado (...) associado a um fenómeno crescente da procura do Centro Histórico enquanto área habitacional, e principalmente de comércio e serviços, constituído por uma zona nuclear de serviços, comércio, restauração e bares/cafés com uma nova roupagem, mais moderna e atrativa a diversos extratos geracionais.”* (CMSMF, 2014)

4.3. Praça Doutor Gaspar Moreira

A Praça Doutor Gaspar Moreira (Figura 11) localiza-se na área central de Santa Maria da Feira, em frente ao edifício da Câmara Municipal. A sua origem data 1957, numa altura em que *“(...) se iniciaram os trabalhos de demolição do casario existente ao lado da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira para dar lugar a uma praça e à abertura da Rua Dr. Vitorino de Sá.”* (Soares, 2022, p.59) Estes trabalhos foram realizados no âmbito de um plano de urbanização que pretendia modernizar a vila e os acessos à Estrada Nacional 223. Localizada no centro histórico e ocupando uma grande parte dele, a praça mantém uma relação muito próxima com a Praça da República, localizada a escassos metros.

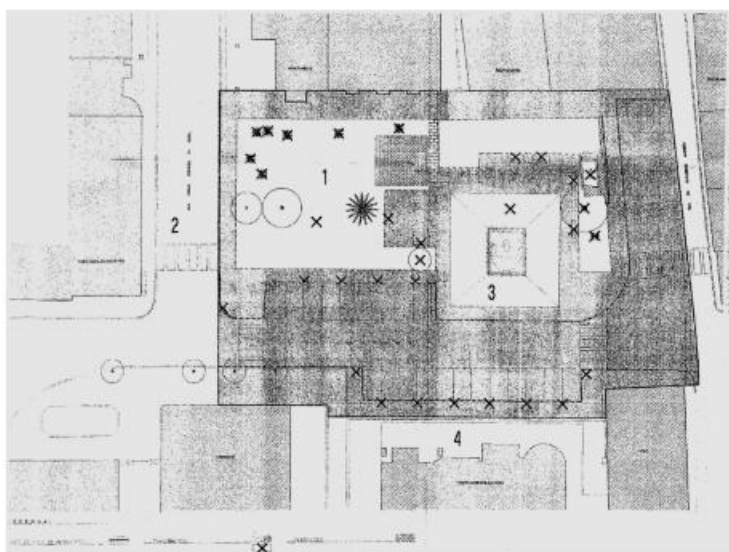
Figura 11 – Praça Doutor Gaspar Moreira (atual)



Fonte: Elaboração própria

Relativamente à sua **formação**, a praça encontrava-se rodeada de edifícios modernistas como o Banco Pinto de Magalhães, inspirado em Le Corbusier e também idealizada pelo arquiteto português. A praça, na sua configuração inicial, apresentava um lago de nenúfares (1), uma pequena praça (3) na sua zona central e orientado a sul um passeio em frente ao edifício da Câmara Municipal (4). (Figura 12)

Figura 12 – Plano da antiga Praça Dr. Gaspar Moreira



Fonte: CMSMF, 2011

Apesar de ocupar uma localização de excelência na zona histórica, “(...) *esta praça na sua configuração primitiva não permitia a realização de eventos nem a realização de atividades de lazer por estar ocupada com equipamentos diversos que dificultavam a sua realização.*” (Monteiro, 2012, p. 225) Foi assim considerada urgente uma intervenção de remodelação da praça, com os objetivos de garantir um espaço com uma área dedicada à realização de eventos e atividades de lazer.

No âmbito do projeto PROCOM de Requalificação do Centro Histórico de Santa Maria da Feira, foi proposto à Câmara Municipal um projeto de intervenção na Praça Doutor Gaspar Moreira baseado na renovação do espaço urbano. A proposta apresentava uma redefinição “(...) *dos percursos, das zonas de estar, de encontro, de permanência, melhorando os pavimentos e equipando os espaços com mobiliário urbano atrativo,*

funcional, capaz de gerar movimentos e fluxos fundamentais a uma efetiva vivência do espaço urbano”, numa tentativa de “(...) gerar polivalências e formas de vivência que atualmente não existem ou estão desaproveitadas” numa estrutura urbana do centro histórico com vasto potencial. (CMSMF, 1999)

A solução apresentada tinha como prioridades a criação de um anfiteatro, bar, espelho de água, área de fronteira ao edifício da Câmara e zona de estar. Um dos objetivos a alcançar era o de conferir a este espaço condições para a realização de atividades diversas (Figura 13) incluindo eventos como a Viagem Medieval e Imaginarius. Além disso, foi também respeitado o enquadramento visual para o Castelo da Feira.

Atualmente, o edifício onde o bar (Figura 16) se insere é composto por duas unidades distintas, mas com ligação entre si. Uma unidade é caracterizada pelo uso de materiais opacos e revestidos a ardósia enquanto a outra é composta por materiais transparentes e permeáveis, com o objetivo de criar uma ligação direta entre a zona interior e a exterior, através da esplanada com vista para a restante praça e espelho de água.

Na zona central da praça encontra-se uma área aberta de formato circular, com características adequadas para receber eventos e permitir a vida social nas esplanadas e espaços da zona envolvente em simultâneo. De recordar que a praça Doutor Gaspar Moreira antes da intervenção não tinha capacidade para receber eventos, fruto do desenho implementado por Viana de Lima. A enorme escadaria em granito bujardado em forma de anfiteatro (Figuras 13 e 18) e orientada para o centro da praça, confere-lhe um forte vínculo associado à realização de eventos, registando-se assim que *“(...) a praça passou de uma situação de subaproveitamento para um espaço polifuncional (...) com a possibilidade de desenvolvimento de atividades de diferentes naturezas (...) uma zona de estar em esplanada, espaço de animação e de espetáculos, zonas de passagem, passando a ser uma área aberta e direta à circulação pedonal com pluralidade de desenvolvimento de funções.”* (Monteiro, 2021, p. 227)

A Praça Doutor Gaspar Moreira integra **elementos naturais** na sua composição. Um espelho de água, de estrutura retangular que funciona como barreira física entre a

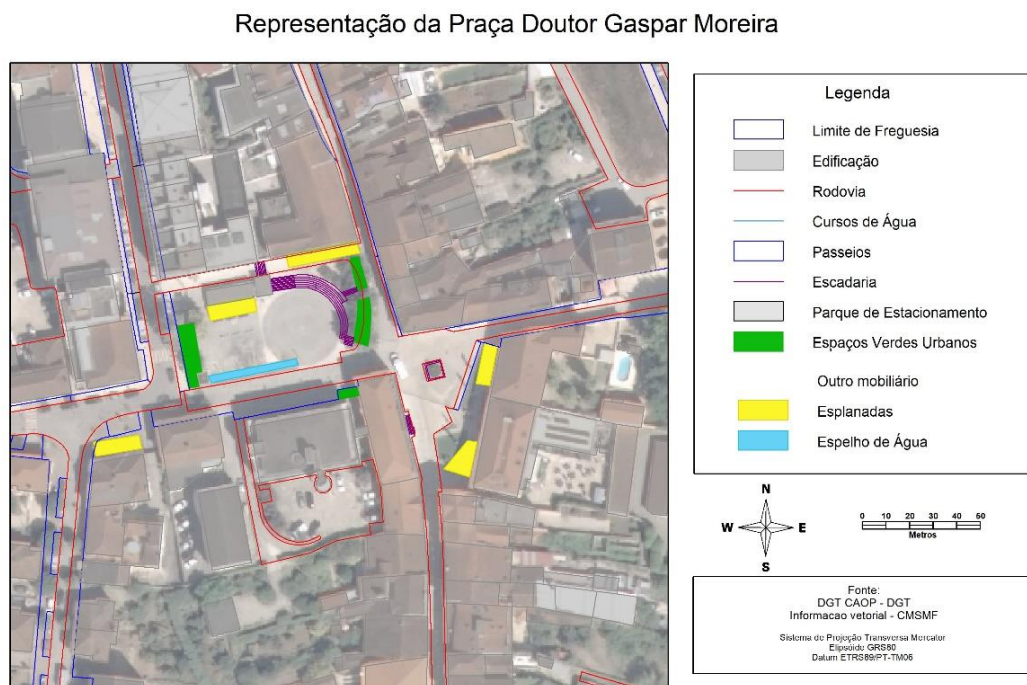
zona de circulação pedonal e a zona de circulação condicionada de automóveis. (Figuras 14 e 15) Verifica-se também a presença de espaços verdes compostos por canteiros de granito com relvado, além de árvores de pequeno e médio porte que proporcionam sombra aos utilizadores das esplanadas e da escadaria do anfiteatro, mediante a altura do dia. (Figura 18)

Em relação à **acessibilidade**, a praça insere-se numa zona de circulação pedonal, tendo apenas uma curta faixa de passagem de veículos de forma condicionada. Na sua vertente orientada a Oeste, onde o espelho de água se encontra com a zona verde, está presente uma travessia de peões com rampa de acesso. (Figura 17)

Em matéria de **mobiliário urbano e monumentos**, a praça Doutor Gaspar Moreira oferece aos seus utilizadores diversos bancos de granito sem encosto, postes de iluminação de granito junto ao espelho de água e vários canteiros que delimitam a área da esplanada do bar com a restante zona pública. Na escadaria do anfiteatro encontra-se uma “(...) *escultura em bronze de Baltazar de Oliveira, em homenagem ao Fado das Fogaceiras, autoria de Paulo Sá.* ” (Visitfeira, 2008) (Figura 19) A Sul da praça está presente uma escultura em cortiça da autoria de Vhils, em homenagem à indústria corticeira da região. (Figura 20)

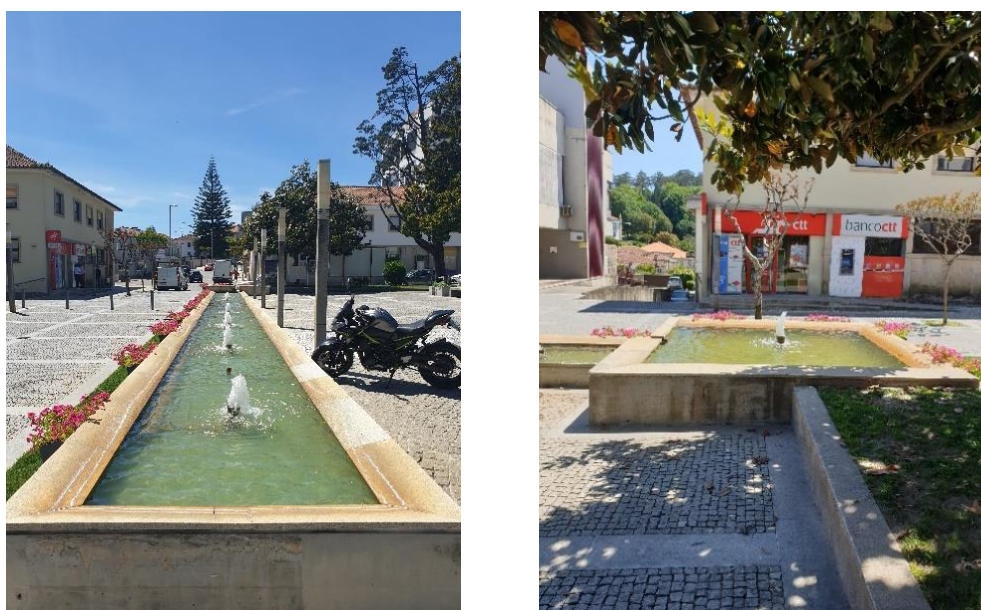
A Praça Doutor Gaspar Moreira revela-se assim, num cenário pós-renovação, como um espaço público central fortemente associado a lazer e realização eventos. (Figuras 21 e 22)

Figura 13 – Representação cartográfica da Praça Doutor Gaspar Moreira



Fonte: Elaboração própria

Figuras 14 e 15 – Espelho de água na Praça Doutor Gaspar Moreira



Fonte: Elaboração própria

Figura 16 – Bar Transat (à esquerda) presente na Praça Doutor Gaspar Moreira



Fonte: Elaboração própria

Figura 17 – Passagem de peões, acesso à Praça Doutor Gaspar Moreira



Fonte: Elaboração própria

Figura 18 – Sombra proporcionada pelo espaço verde urbano



Fonte: Elaboração própria

Figuras 19 e 20 – Monumentos presentes na Praça Doutor Gaspar Moreira



Fonte: Elaboração própria

Figuras 21 e 22 – Eventos e atividades realizadas na Praça Doutor Gaspar Moreira



Fonte: CMSMF, 2024



Fonte: Elaboração própria

4.4. Alameda do Palácio da Justiça

Relativamente à sua **formação**, tal como a Praça Doutor Gaspar Moreira, a Alameda do Palácio da Justiça foi *“(...) projetada por um dos arquitetos mais influentes do Movimento Moderno, Viana de Lima. (...) é uma das obras de referência do arquiteto e de Santa Maria da Feira.”* (Pinho, 2008, p. 57) O Palácio da Justiça localiza-se na Avenida 25 de Abril e tem na sua área envolvente serviços como a Biblioteca Municipal, o Estádio Marcolino de Castro, Cineteatro António Lamoso e várias clínicas de saúde.

A sua construção, a que se associa a da Alameda, foi iniciada em 1983, após pedido do Ministério da Justiça e várias alterações no projeto, finalizando-se em 1983. Na sua fase inicial o projeto pretendia a construção de vários edifícios com diferentes funções – Tribunal, Paços do Conselho, serviços e habitação. O objetivo passava por garantir um equilíbrio de usos numa zona central da cidade, situada entre dois polos com funções distintas: A norte o Hospital de São Sebastião e a Sul o centro histórico, repleto de comércio, interesse cultural e lazer. Apesar das intenções referidas, o projeto acabou por não avançar como havia sido estipulado, sendo apenas construído o edifício do Palácio da Justiça, a alameda e zona verde envolvente. (Figura 23)

Figura 23 – Alameda do Palácio da Justiça



Fonte: Elaboração própria

“As lacunas do edifício evidenciaram-se desde cedo, durante a construção e mais tarde através da análise de especialistas que garantiram que o objeto representava deficiências estruturais e teria cedido em algumas zonas, algo que não impediu o exercício de atividades. Contudo, em Abril de 2008, passados dezassete anos, é anunciada a evacuação imediata do edifício, resultado dos estudos constantes do Instituto Nacional de Engenharia, os quais indicaram elevado risco de desabamento.” (Vieira, 2018, p. 15)

O edifício passou a ser gerido pela CMSMF, ficando responsável por avançar com o processo de demolição, transferindo assim para outros edifícios as atividades presentes no Palácio da Justiça. A demolição do edifício nunca viria a acontecer, gerando oportunidade para a ocorrência de atos de vandalismo que *“(...) com o passar do tempo, foram-se adensando e tornaram-se o destaque ao ponto de serem diversas vezes noticiados pelos meios de comunicação social.”* (Vieira, 2018, p.16) Atualmente, o edifício permanece erguido e em avançado estado de deterioração. (Figura

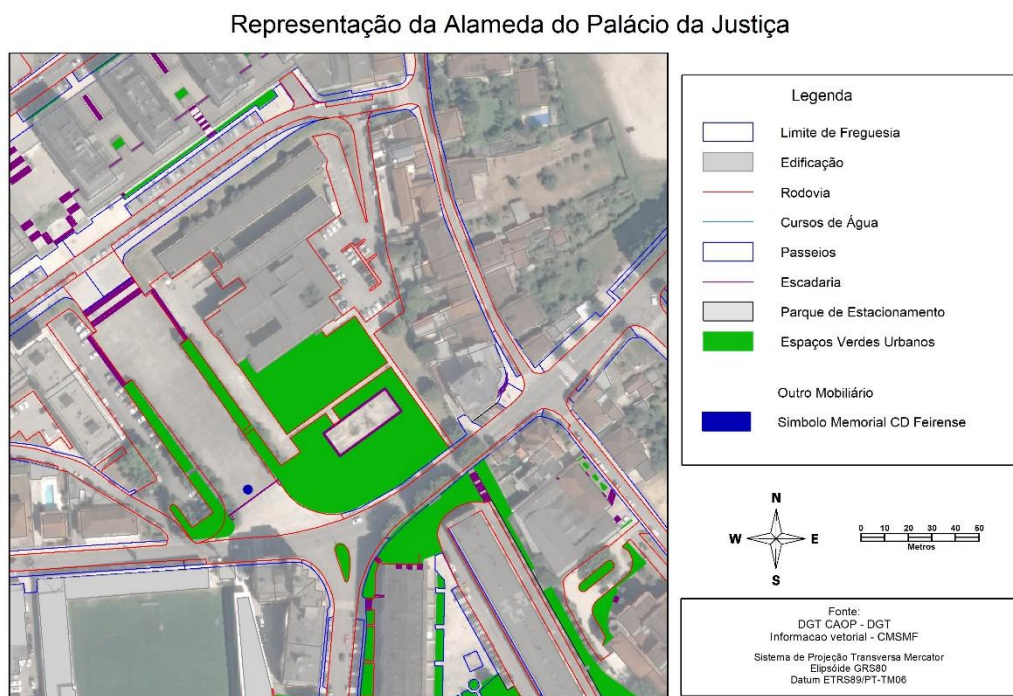
A área envolvente ao Palácio da Justiça é marcada pela presença de uma extensa alameda (Figura 24) criada com a intenção de *“(...) criar um eixo de ligação entre a Estrada Nacional 223 e o centro cívico da Feira, pretendido pelo município.”* (Vieira, 2018, p.16) Conta 40 metros de largura e é caracterizada como um local de passagem e não de estadia, onde a sua escala não é adequada ao local onde se insere, além dos seus materiais não serem completamente adequados para o seu propósito como o pavimento cimentado. A ausência de mobiliário urbano como bancos e fraca iluminação, são também fatores que estão associados ao atual subaproveitamento do espaço. Segundo Pereira (2019) *“(...) é necessário criar neste local espaço verde, privilegiando zonas de estar, com uma zona de passagem que una as duas cotas da cidade. Através do espaço verde e de maciços arbóreos é assegurada a transição suave entre a envolvente compacta edificada e o Tribunal, e ainda, a integração do edifício que tem uma grande escala na malha urbana.”*

Relativamente à presença de **elementos naturais**, a alameda apresenta duas faixas de cobertura arbórea de pequeno porte nas laterais, fazendo a separação entre a zona de circulação pedonal da alameda e o estacionamento público. Na área envolvente, mais concretamente no espaço verde orientado para a Avenida Clube Desportivo Feirense, encontra-se um espelho de água desativado e sem aparente manutenção. No topo da alameda, já após a larga escadaria de acesso à Rua Doutor Alcides Strecht Monteiro, é possível visualizar de forma perfeitamente enquadrada com a alameda, uma cobertura arbórea do edifício da Universidade Sénior de Santa Maria da Feira. (Figura 25)

O **acesso** à alameda através da Rua Doutor Alcides Strecht Monteiro é apenas possível através de uma escadaria, sem se verificar a presença de uma rampa que facilite o acesso a cadeirantes ou utilizadores com mobilidade reduzida. (Figuras 26 e 27) Na direção oposta o acesso é possível através de uma passagem de peões com rampa de acesso.

Relativamente ao **mobiliário urbano**, a alameda apresenta postes de iluminação degradados e sem funcionamento. (Figura 28) Dada a proximidade com o estádio Marcolino de Castro, a alameda funciona ponto de encontro e convívio de adeptos do clube, tendo por isso presente uma estátua com o escudo do clube que se encontra sem manutenção. (Figura 29) Não se verifica a presença de bancos ao longo de toda a alameda, suportando a ideia deste espaço público ser um local de passagem e não de permanência.

Figura 24 – Representação cartográfica da Alameda do Palácio da Justiça



Fonte: Elaboração própria

Figura 25 – Enquadramento para a cobertura arbórea da Universidade Sénior



Fonte: Elaboração própria

Figuras 26 e 27 – Acesso à alameda através da Rua Doutor Alcides Strecht Monteiro e atos de vandalismo presentes no edifício do tribunal



Fonte: Elaboração própria

Figuras 28 e 29 – Postes de iluminação degradados e monumento Feirense



Fonte: Elaboração própria

5. A apreciação do espaço público

Um inquérito, composto por 20 perguntas fechadas e duas abertas, foi enviado a 150 utilizadores dos dois espaços públicos em análise, em especial bons conhecedores dos lugares, como comerciantes, através da plataforma *bizfeira.pt*. O número total de respostas recolhidas foi 49.

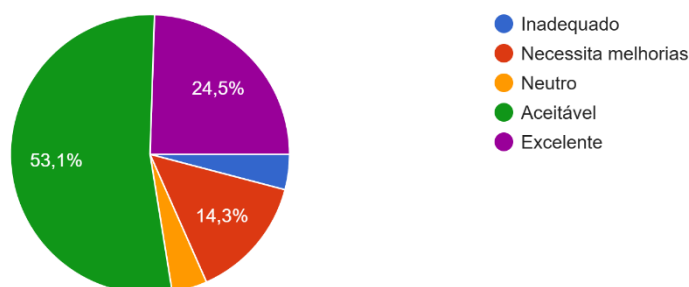
As respostas foram agrupadas em quatro grupos: (1) Proteção, (2) Atividades, (3) Conforto e (4) Atração.

Para além dos gráficos com as respostas, são apresentados dois gráficos de radar que demonstram, numa forma fácil de compreensão e visualização, os *ratings* resultantes das experiências dos utilizadores. Os quatro grupos serão avaliados numa escala de 1 a 5, mediante as respostas dos inquiridos, sendo que “Inadequado” representa 1 ponto, “Necessita melhorias” 2 pontos, “Neutro” 3 pontos, “Aceitável” 4 pontos e “Excelente” 5 pontos.

Relativamente à **Praça Doutor Gaspar Moreira**:

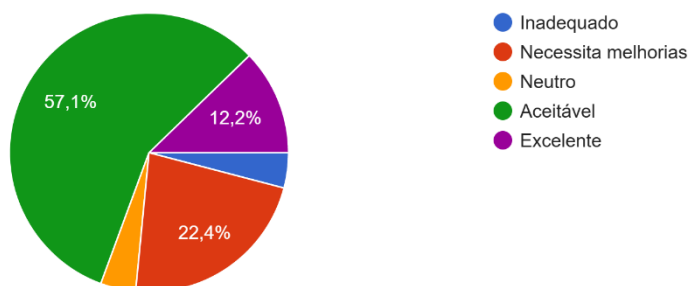
Gráficos 1,2,3,4 e 5 – A praça vista desde a experiência dos seus utilizadores (proteção)

Relativamente à Praça Doutor Gaspar Moreira, responda às seguintes questões: 1. O espaço público em questão oferece barreiras físicas que separam a zona de circulação automóvel e pedonal?
49 respostas



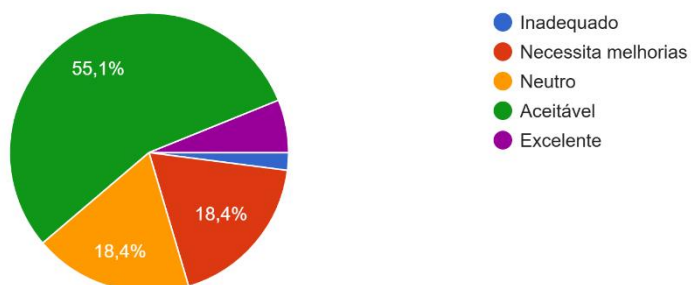
2. As passagens de peões na área envolvente (que dão ligação à Praça Doutor Gaspar Moreira) são adequadas e transmitem segurança aos seus utilizadores?

49 respostas



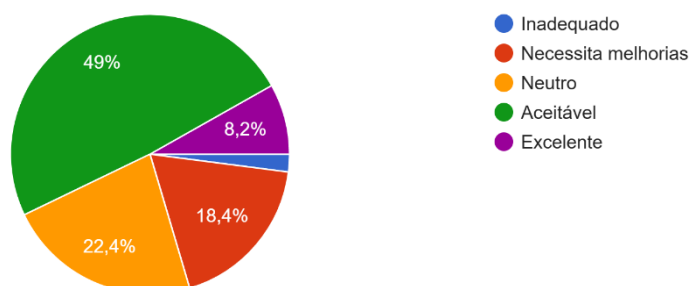
3. Nível de segurança (policiamento, vigilância e iluminação).

49 respostas



4. Sentimento de segurança enquanto utilizador deste espaço em período noturno.

49 respostas



5. Proteção contra experiências sensoriais desagradáveis como o nível de ruído e condições climatéricas adversas (vento intenso, chuva, entre outros).

49 respostas

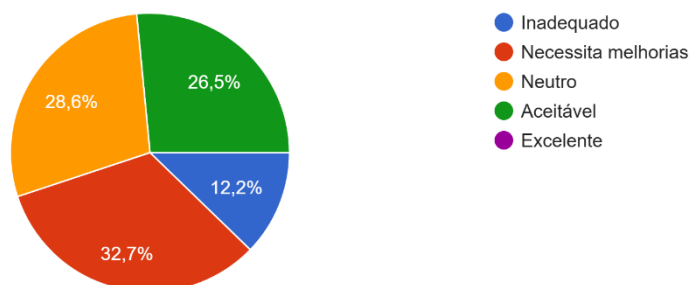
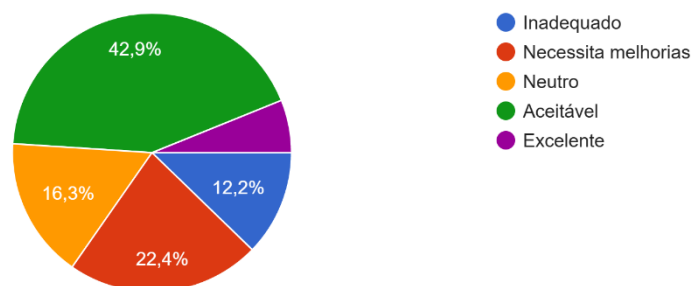


Gráfico 6 – A praça, vista desde a experiência dos seus utilizadores (atividades)

6. Condições para caminhar e permanecer sentado, com boa pavimentação, acessibilidade inclusiva e mobiliário urbano confortável.

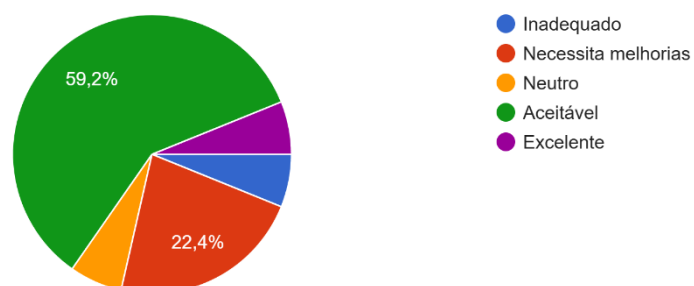
49 respostas



Gráficos 7 e 8 – A praça, vista desde a experiência dos seus utilizadores (conforto)

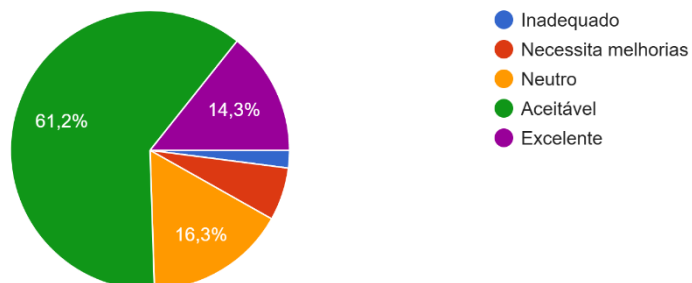
7. Características estéticas e experiências sensoriais satisfatórias suportadas por bom design, bons materiais, boas vistas e presença de elementos naturais (árvores, plantas e fontes de água).

49 respostas



8. Respeito pela Escala Humana (a dimensão dos edifícios e dos espaços tendo em conta a dimensão humana em termos de sensações, movimentos, tamanho e comportamento).

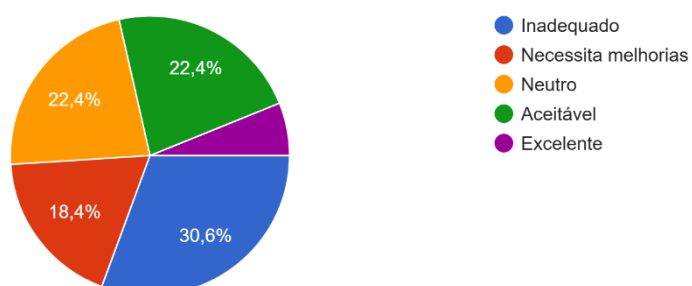
49 respostas



Gráficos 9 e 10 – A praça, vista desde a experiência dos seus utilizadores (atração)

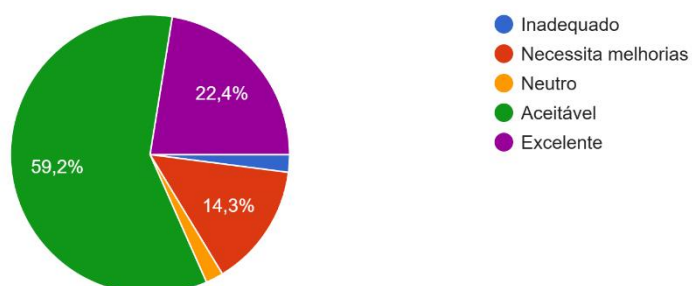
9. Condições e oportunidades para a prática de exercício físico.

49 respostas



10. Condições e oportunidades para a realização de eventos, festivais e exposições.

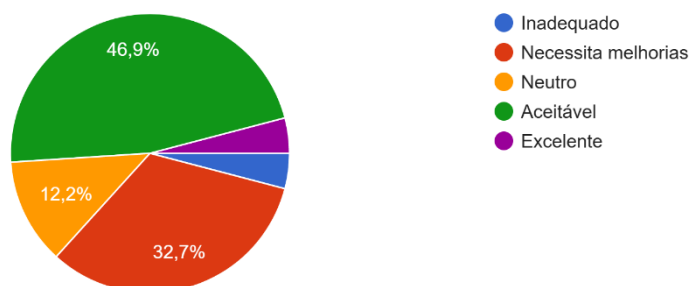
49 respostas



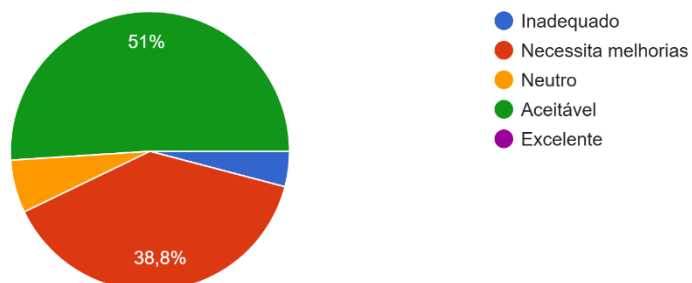
Relativamente à Alameda do Palácio da Justiça:

Gráficos 12, 13, 14, 15 e 16 – A alameda, vista desde a experiência dos seus utilizadores (proteção)

Relativamente à Alameda do Palácio da Justiça, responda às seguintes questões: 12. O espaço público em questão oferece barreiras físicas que separam a zona de circulação automóvel e pedonal?
49 respostas

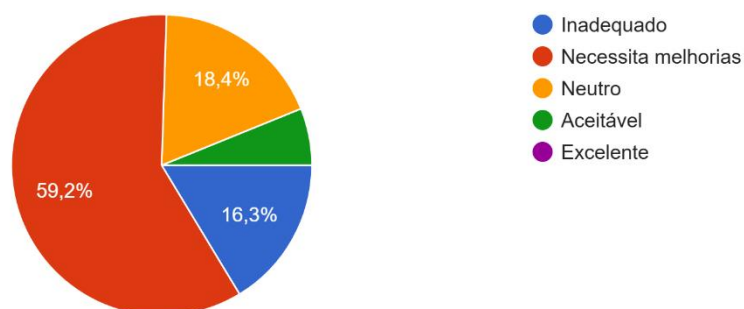


13. As passagens de peões na área envolvente (que dão ligação à Alameda do Palácio da Justiça) são adequadas e transmitem segurança aos seus utilizadores?
49 respostas



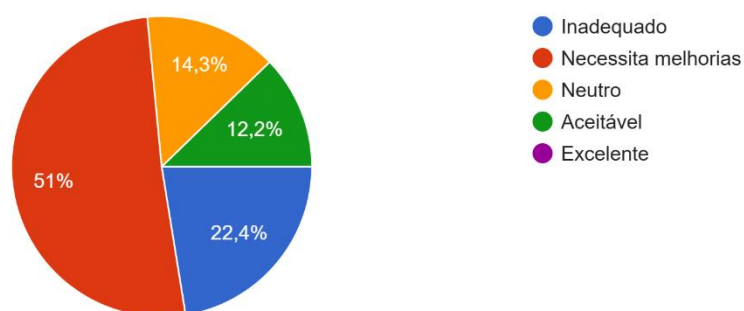
14. Sentimento de segurança enquanto utilizador deste espaço em período noturno.

49 respostas



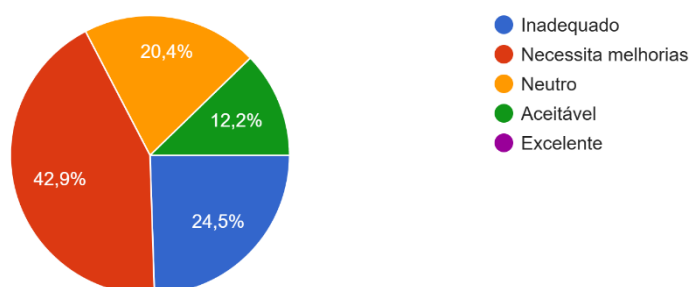
15. Nível de segurança (policiamento, vigilância e iluminação).

49 respostas



16. Proteção contra experiências sensoriais desagradáveis como o nível de ruído e condições climáticas adversas (vento intenso, chuva, entre outros).

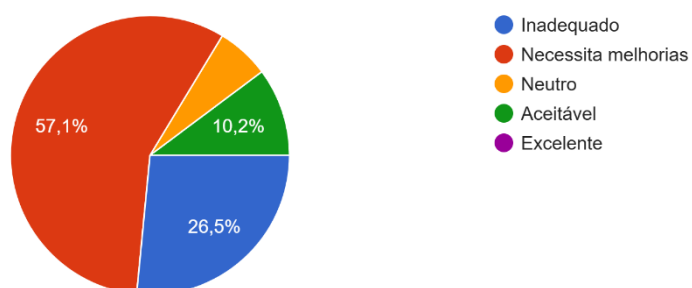
49 respostas



**Gráfico 17 – A alameda, vista desde a experiência dos seus
utilizadores (atividades)**

17. Condições para caminhar e permanecer sentado, com boa pavimentação, acessibilidade inclusiva e mobiliário urbano confortável.

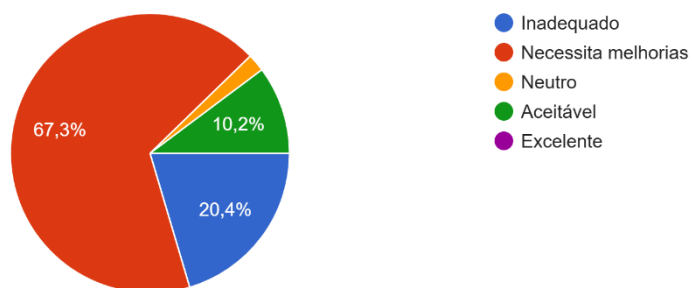
49 respostas



**Gráficos 18 e 19 – A alameda, vista desde a experiência dos seus utilizadores
(conforto)**

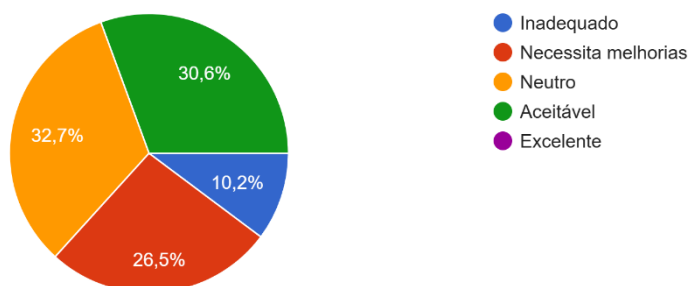
18. Características estéticas e experiências sensoriais satisfatórias suportadas por bom design, bons materiais, boas vistas e presença de elementos naturais (árvores, plantas e fontes de água).

49 respostas



19. Respeito pela Escala Humana (a dimensão dos edifícios e dos espaços tendo em conta a dimensão humana em termos de sensações, movimentos, tamanho e comportamento).

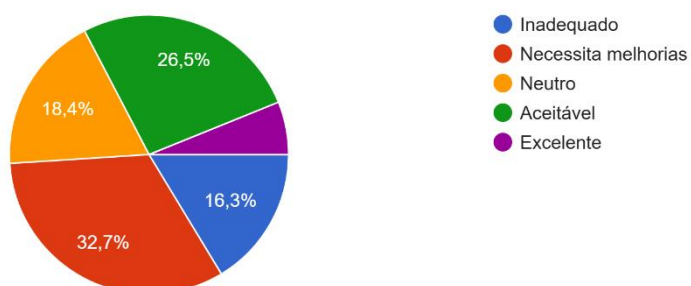
49 respostas



Gráficos 20 e 21 – A alameda, vista desde a experiência dos seus utilizadores (atração)

20. Condições e oportunidades para a prática de exercício físico.

49 respostas



21. Condições e oportunidades para a realização de eventos, festivais e exposições.

49 respostas

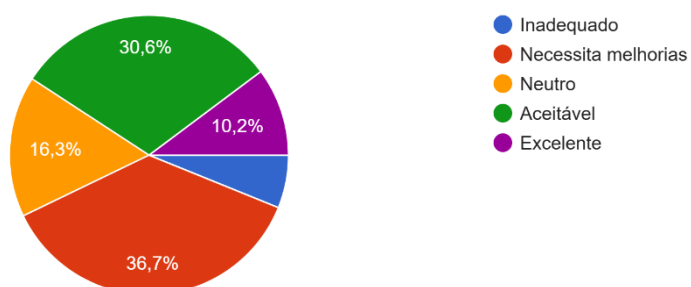
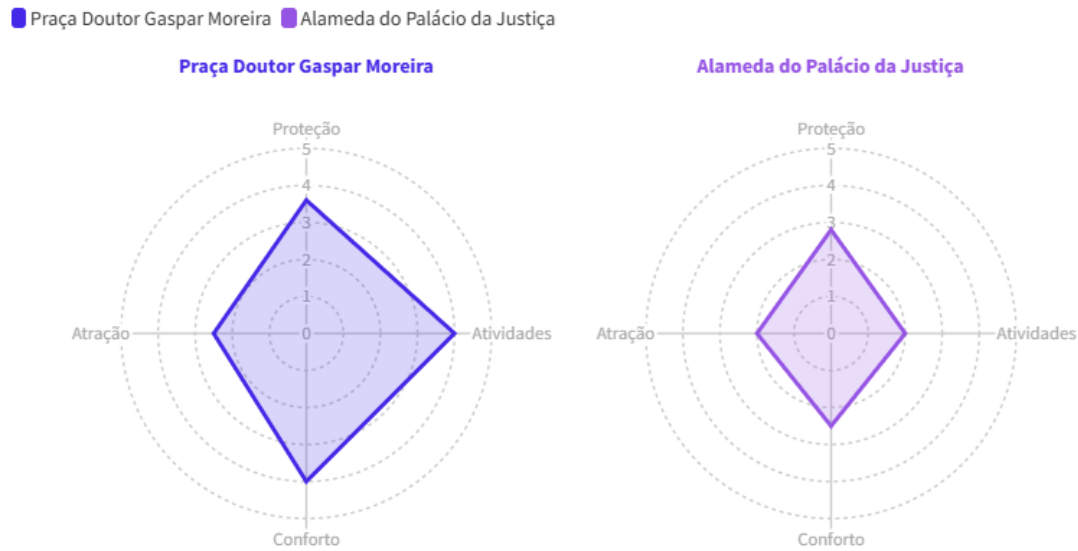
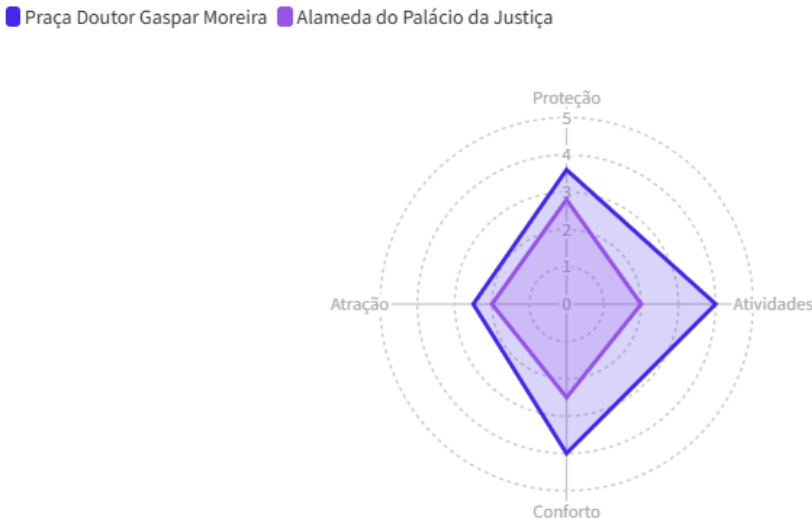


Gráfico 22. Avaliação dos espaços públicos, segundo os utilizadores



Fonte: Elaboração própria

Gráfico 23. Comparação da avaliação dos espaços públicos, segundo os utilizadores



Fonte: Elaboração própria

6. Conclusão ou Considerações Finais

O espaço público na área de estudo revela-se diverso e com inúmeras potencialidades. Os exemplos em análise oferecem aos seus utilizadores experiências bastante distintas e apesar de apresentarem uma localização central, ambos apresentam intensidades de uso diferentes.

A Praça **Doutor Gaspar Moreira** apresenta uma forte associação à vida social e realização de eventos. A experiência dos utilizadores é marcada por um mobiliário urbano de qualidade e a presença de elementos naturais como árvores e um espelho de água. A praça assume um papel central na vida social da cidade, sendo local para a realização de eventos como a Viagem Medieval e Imaginarius.

As respostas recolhidas através do inquérito revelaram uma satisfação generalizada, apesar de serem abordados alguns pontos como a necessidade de criar mais sombra na zona do anfiteatro e de providenciar um bebedouro para animais.

Em relação à **Alameda do Palácio da Justiça**, a tendência verificada na revisão da bibliográfica veio a confirmar-se. Segundo os inquiridos este espaço público é considerado desconfortável e subaproveitado.

As respostas recolhidas revelam o descontentamento perante o estado atual da alameda e do edifício do tribunal. O primeiro carece de mobiliário urbano como bancos, iluminação, papelaria, boa pavimentação e acessibilidade inclusiva. Sendo um meio de ligação do hospital para o centro da cidade, estes fatores merecem especial atenção e necessidade de correção. Em relação ao edifício do tribunal, as críticas dirigem-se ao seu estado de abandono e vandalismo, especialmente por se localizar numa das principais vias da cidade, utilizada diariamente por várias pessoas.

A relação de proximidade com o Estádio Marcolino de Castro merece também ser explorada, podendo até representar uma relação de simbologia, criando uma estreita relação com os seus utilizadores. A inclusão de um bar com esplanada ou a renovação do monumento memorial do clube Feirense podem representar abordagens a seguir numa futura renovação do espaço.

Os comentários dos inquiridos em relação a este espaço focam-se nas escassas atividades realizadas, sensação de insegurança que o espaço transmite (especialmente em período noturno), ausência de rampa de acesso e ausência ou mau estado do mobiliário urbano. As sugestões focam-se numa grande requalificação do espaço, de forma a transmitir uma imagem digna do território em que se insere. Alguns dos inquiridos sugerem a criação de um campo de basquetebol, paddle ou ringue desportivo. A introdução de uma zona de estar com cadeiras e mesas, protegida pela sombra das árvores presentes, foi também um dos pontos mais referidos.

A experiência dos utilizadores dos espaços públicos em análise revela-se bastante diferente e a comparação feita anteriormente no gráfico 23 revela isso mesmo. Nos quatro grupos incluídos nos gráficos associados às dimensões (proteção, atividades, conforto e atração) verifica-se que as maiores discrepâncias estão associadas aos fatores de conforto e atividades realizadas ou que o espaço oferece.

Referências Bibliográficas

- Araújo, L.M.F., (2007) Avaliação de espaços públicos: o caso de duas praças no concelho de Caminha
- Barreiros, M.A.F., et al (1995) Urbanismo: história e desenvolvimento
- Bettencourt, L. (2010) A unified theory of urban living
- Brandão, A., & Brandão, P. (2019) O Lugar de Todos: Interpretar o Espaço Público Urbano
- Carmona, M. (2019) Principles for public space design, planning to do better
- Carmona, M., et al. (2003) Public places, urban spaces. Oxford: Architectural Press
- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDR-LVT) Retirado de: <https://www.ccdr-lvt.pt/>
- Cortez, G. R., (2010) Os espaços de comunicação nas cidades medievais
- Câmara Municipal de Santa Maria da Feira (2009) Proposta de Reabilitação Urbana: Programa estratégico de reabilitação urbana do centro histórico de Santa Maria da Feira
- Delfante, C. (2000) A Grande História da Cidade
- Félix, M. C., (2018) A cidade de Jan Gehl: Copenhaga como laboratório humano
- Gehl, J. (1996) Public Space Public Life: Studies
- Gehl, J. (2001) Life Between Buildings: Using Public Space
- Gehl, J. (2007) Cities for People
- Gehl, J. *In Search of the Human Scale*: TEDxKEA Retirado de: <https://www.youtube.com/watch?v=Cgw9oHDfJ4k&t=1032s>
- Indovina, F. (2002) O Espaço Público: Tópicos sobre a sua Mudança

- IPDT (2016) Plano Estratégico e de Marketing para o Turismo de Santa Maria da Feira
- Li, J. (2003) A typology of Contemporary urban public spaces
- Lynch, K. (1981) A Theory of Good City Form
- Madanipour, A. (2003) Public and Private Space of the City
- Matos, F. (2010) Espaços Públicos e Qualidade de Vida nas Cidades – O caso da cidade do Porto
- Monteiro, G. (2012) A reabilitação urbana e o desenvolvimento das cidades – As intervenções no centro histórico de Santa Maria da Feira
- Mora, M (2009) Indicadores de Calidad de Espacios Urbanos, para la vida ciudadana en Ciudades Intermedias. Los pueblos americanos: câmbios y continuidades. La construcción de lo próprio en un mundo globalizado
- ONU (2022) Relatório Mundial das cidades 2022
- Peppas, L. (2005) Life in ancient Greece. New York: Crabtree Pub
- Pereira, C. (2019) Reabilitação e ampliação de um edifício moderno – Palácio da Justiça de Santa Maria da Feira
- Pinho, N. (2018) O Palácio da Justiça de Santa Maria da Feira – Projeto de Reabilitação e Ativação
- Queiroga, E., F., (2001) Dimensões públicas do espaço contemporâneo: resistências e transformações de territórios
- Rolnik, R. (2000) O lazer humaniza o espaço urbano
- Saldanha, N. (1993) O jardim e a praça: Ensaio sobre o lado “privado” e o lado “público” da vida social e histórica
- Soares, P. (2022) O Moderno em Santa Maria da Feira: Viana de Lima

- Teng, L. (2014) *Human scale development: The common goal is that* Vervsstaden in Vastra Hamnen should be an attractive neighborhood with human scale *strategy*
- Távora, A.D.F., (2008) Pablo Picasso, Fernando Pessoa, Le Corbusier e a arquitetura tradicional portuguesa
- Vieira, T. (2018) Reconversão do Antigo Palácio da Justiça
- Virgílio, H. (2003) Praças: Espaços verdes na cidade Londrina
- Visitfeira.travel (s.d.) *A Praça Dr. Gaspar Moreira* Retirado de: <https://visitfeira.travel/index.php?s=3&ss=35&sss=55>